

A CERÂMICA PINTADA DA II IDADE DO FERRO DO CASTELO DE CASTRO MARIM

FRANCISCO B. GOMES

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Recibido: 16/11/2012
Revisado: 20/11/2012

Aceptado: 05/12/2012
Publicado: 17/06/2013

RESUMEN

Apresenta-se o conjunto da cerâmica pintada da segunda metade do I milénio a.n.e. exumada durante os trabalhos de escavação realizados no Castelo de Castro Marim entre 1983-1988 e 2001-2003. Com base na análise formal, produtiva e estilística do conjunto estudado, discute-se ainda a integração cultural, económica e política da antiga *Baesuris* em época pré-romana, e em particular a sua relação – e a do território algarvio em geral – com *Gadir*.

PALABRAS CLAVE

Cerâmica pintada, «II Idade do Ferro», Castro Marim, Turdetania, Gaditanização.

ABSTRACT

In this paper we present the painted pottery from the second half of the first millennium BCE recovered during the excavations undertaken in the Castle of Castro Marim between 1983-1988 and 2001-2003. Based on the formal, productive and stylistic analysis of these pieces, we discuss also the cultural, economic and politic integration of ancient *Baesuris* in pre-roman times, and especially its relation – and more broadly that of the Algarve region – with *Gadir*.

KEYWORDS

Painted ware, «Late Iron Age», Castro Marim, Turdetania, Gaditanization.

1. INTRODUÇÃO: ACERCA DA RELEVÂNCIA DE UM OBJECTO DE ESTUDO

Graças à multiplicação dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no território algarvio nos últimos anos, que tem sido acompanhada pela progressiva construção de sínteses e por um permanente levantar de novas hipóteses interpretativas, dispomos hoje de uma base de discussão e de reflexão muito alargada para a análise da Idade do Ferro daquele território (cf. Arruda, 2005; 2007; 2008). Justamente por essa razão, é-nos permitido no momento presente reflectir sobre questões muito específicas, como seja a das identidades culturais das populações que, ao longo do I milénio a.n.e., interagiram no território meridional português, ou mais especificamente na franja litoral desse território, uma vez que para outros contextos, do Barrocal e da Serra, os dados até ao momento permanecem muito escassos (Veiga, 1891: 250 e ss.; Freitas e Oliveira, 2006).

Discutir identidades culturais e étnicas a partir de um registo material que não conserva o seu contexto humano e social é uma tarefa difícil, perigosa, e que, não poucas vezes, se salda em desaires ou em falsas certezas mais ou menos persistentes, que em casos extremos, mas não raros, perduram no tempo, mascarando complexidades e conferindo ao que outrora foi dinâmico e multifacetado um aspecto estático que só existe num espaço mental próprio do presente interpretativo (Arruda *et al.*, 1995; Arruda, 2005).

Quer isto dizer que não devemos – que não podemos – discutir a identidade das populações sidéricas do actual território algarvio (ou quaisquer outras)? A Antropologia Cultural conta hoje com um corpo importantíssimo de estudos sobre as formas – múltiplas – como as identidades são exibidas e mesmo manipuladas através da cultura material (Jones, 1997; Insoll, 2007). A principal lição a retirar dessa aturada reflexão prende-se com a necessidade de ler criticamente a cultura material, fonte privilegiada para um discurso histórico que é o objectivo último da ciência arqueológica. E, como é evidente, leitura crítica é algo muito distinto de cepticismo.

Compreender o que é a Idade do Ferro no extremo sul do território hoje português passa pela interiorização de que num território ainda assim reduzido, e de forma dinâmica, conviveram, interagiram e evoluíram (num sentido não *darwiniano* do termo...), ao longo de uma diacronia de cerca de cinco séculos (*grosso modo* séculos VII-III a.n.e.), populações com matrizes culturais e traços identi-

tários diferenciados. Na chamada “I Idade do Ferro” (VII-VI a.n.e.), a questão coloca-se sobretudo ao nível das modalidades que assumiu a presença de populações oriundas do Mediterrâneo Oriental e a interacção destas com as populações autóctones; já no período subsequente, vulgarmente designado “II Idade do Ferro” (séculos V-III a.n.e.), ao qual se reportam os materiais tratados no presente estudo, as questões são significativamente mais complexas, na medida em que os dados permanecem ainda bastante nebulosos – a traços largos, e porque adiante se desenvolverá este tema, pode dizer-se que, aparentemente, os pólos do litoral algarvio já ocupados anteriormente terão, nesta fase, permanecido muito ligados ao mundo da Baixa Andaluzia, dito *Turdetano* (Escacena Carrasco e Belén, 1994; Arruda, 1999-2000; 2005; García Fernández, 2007; Sousa e Arruda, 2010), embora sofrendo uma clara e muitíssimo expressiva influência político-económica (e cultural? É social?) de *Gadir*, importante metrópole de fundação fenícia que, do século V a.n.e. em diante, estruturou uma ampla área de influência às portas do atlântico (Arteaga, 1994; Niveau, 2001; Domínguez Pérez, 2006); por outro lado, uma pequena constelação de novos sítios surgiu no até então (tanto quanto sabemos) escassamente ocupado Barlavento algarvio, a partir do século V a.n.e. e, sobretudo, durante o IV a.n.e. (Arruda, 2005: 70 e ss.; Arruda *et al.*, 2005; Sousa e Arruda, 2010).

Permanece hoje por clarificar qual o papel dos pólos de ocupação mais antiga do Algarve Oriental (Tavira e Castro Marim) nestas novas fundações, estando presentemente também em cima de mesa a questão do papel fulcral (senão mesmo decisivo) de *Gadir* na fundação desses novos pólos (Sousa e Arruda, 2010), que consubstanciaram dinâmicas que, sendo complexas, parecem, não obstante, ter como um dos seus principais motores a exploração dos recursos marinhos (Arruda, 2005; 2006). Toda a reflexão sobre este leque de problemas inerentes à dinâmica histórica do território algarvio na segunda metade do 1º milénio a.n.e. se baseia, quase exclusivamente, em fontes materiais, arqueológicas, sendo as referências escritas de autores clássicos a estes territórios escassas e maioritariamente tardias.

É, pois, neste problemático e estimulante quadro que se insere, de forma lata, o tema deste trabalho. A análise do repertório da cerâmica pintada permite, além naturalmente de outras vertentes de análise tecnológica possíveis, aferir relações (culturais, por um lado, e comerciais, por outro) com mundos

confinantes, quer com o da Baixa Andaluzia quer com o especificamente Gaditano, bem como avaliar a proximidade com os novos pólos do ocidente algarvio, entre os quais destacaríamos Faro (Arruda *et al.*, 2005) e o Monte Molião (Arruda *et al.*, 2008; no prelo). Estudar a cerâmica comum pintada é, pois, um contributo, ainda que modesto, para a leitura de uma fase histórica de grande vitalidade e dinamismo, para compreender relações, proximidades e afastamentos, culturais, económicos, sociais e políticos: para restituir todo um período histórico que antecedeu a Romanização e no qual se forjaram afinidades culturais, estruturas populacionais e estratégias de exploração do território que subsistiram na Romanidade, e mesmo para lá dela.

2. O CASTELO DE CASTRO MARIM

Erguendo-se 42m acima do nível médio do mar, o cabeço, de forma aproximadamente circular, sobre o qual se construiu o Castelo medieval, situa-se na margem direita do Guadiana, a pouca distância da sua foz (fig. 1), numa posição privilegiada a vários títulos: se, por um lado, o seu carácter de elevação isolada o torna facilmente defensável e lhe possibilita o domínio visual de um amplo território (Arruda, 1999-2000, 37), a sua proximidade relativamente ao Guadiana confere-lhe, por outro, uma capacidade de controlo da circulação pelo rio, navegável durante a Antiguidade pelo menos até Mértola (*idem*, 53). As condições topográficas da envolvente imediata de Castro Marim alteraram-se seguramente de forma marcada desde a Antiguidade: actualmente cercado por terra firme, no período que nos ocupa (e, de facto, até ao século XVI), Castro Marim terá tido valências portuárias, apresentando-se como uma península, praticamente cercada pelas águas do Guadiana, salvo um estreito istmo a SSW (Arruda, 2007, 119), configuração que reforçou indubitavelmente os aspectos estratégicos a que acima nos referimos.

Entre 1983 e 1988, e novamente entre 2000 e 2003, realizaram-se dez campanhas de escavações arqueológicas no sítio, que totalizaram 293 m² de área intervencionada (Arruda, 1983-1984a; 1983-1984b; 1986; 1988; 1999-2000; 2003; 2005; Arruda *et al.*, 2007). Estes trabalhos de campo resultaram na identificação de uma sequência ocupacional longa, plasmada numa sequência estratigráfica complexa mas legível, com início nos momentos finais da Idade do Bronze. A esta primeira fase, mal caracterizada dada a exiguidade dos vestígios arqueológicos

exumados a ela associados, segue-se uma ocupação sidérica que recobre virtualmente toda a diacronia do I milénio a.n.e., bem atestada tanto ao nível arquitectónico e urbanístico como no que se refere aos espólios. Foi assim possível verificar que a sequência da Idade do Ferro se dividia em dois grandes momentos: um primeiro, «Orientalizante», com relações intensas com o mundo fenício ocidental e que poderá datar-se entre os inícios do século VII e os finais do VI a.n.e.; e um segundo, que poderá designar-se de «Turdetano», que se inicia na segunda metade do século V, terminando nos finais do III a.n.e., altura em que se inicia a ocupação romana do sítio.

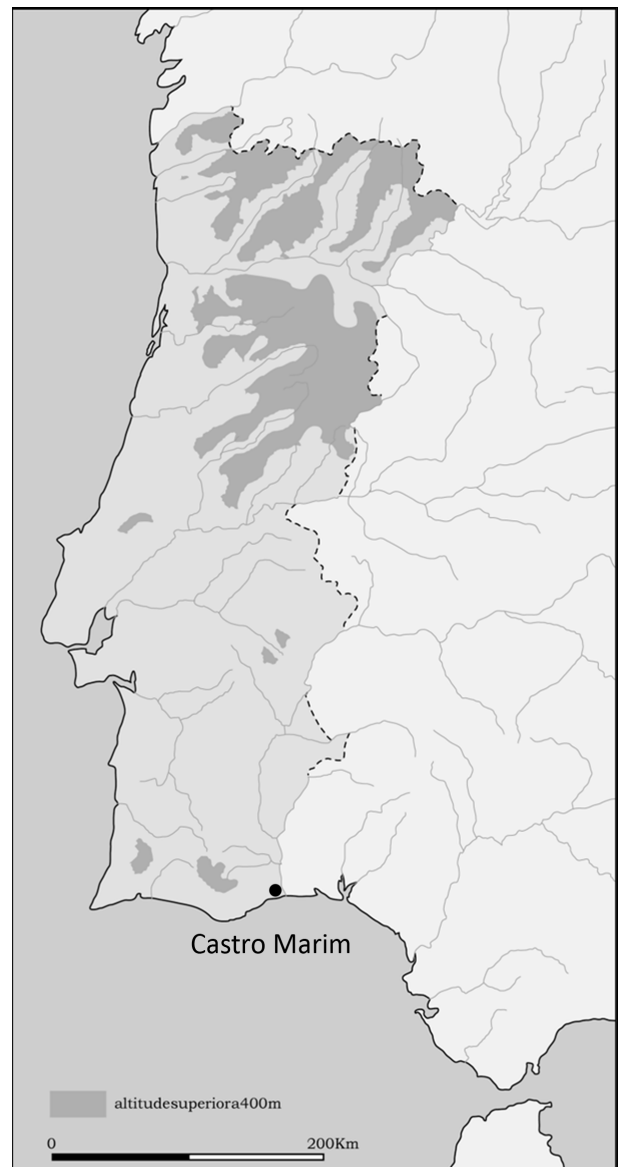


Fig. 1. Localização de Castro Marim no actual território português

3. NOTA SOBRE A FILIAÇÃO CULTURAL DO CASTELO DE CASTRO MARIM NA 2ª METADE DO I MILÉNIO A.N.E.

«*La obsesión por hacer coincidir etnias con “culturas arqueológicas”, incluso cuando los nombres de aquellas provienen de fuentes escritas ajenas o desconocedoras (en su mayoría) de la realidad indígena peninsular, ha dado lugar a no pocos errores y contradicciones.*» (García Fernández, 2007, 118)

É quase redundante recordar que, em meados do I milénio a.n.e., mais concretamente durante o século VI a.n.e., o mundo meridional peninsular, que, pelo menos desde o século VIII a.n.e., sofrera o impacto da colonização fenícia, entrou num processo de profunda transformação – que assumiu, de facto, aspectos de marcada retracção económica, urbanística, provavelmente mesmo demográfica – a que se vem chamando genericamente “crise do século VI” (Niveau, 2001, 325; Martin Ruiz, 2003), fenómeno para o qual se têm sugerido causas muito distintas, desde as que o conectaram com factos da “grande história” do Mediterrâneo Oriental, nomeadamente a queda de Tiro às mãos de Nabucodonosor II em 573 a.n.e. (cf. Alvar, 1991), até às que procuraram ver a sua causa última numa crise da exploração mineira – quer por deficiências tecnológicas que impediavam a continuação da exploração dos depósitos de prata em profundidade; quer por uma queda na procura, justificada por uma superabundância deste metal nos mercados próximo-orientais (Aubert, 1994, 293; Ruiz Mata, 1994, 340-1). A tendência da investigação parece hoje pender no sentido de afastar qualquer tipo de explicação simplista, bem como a re-conceptualizar a importância dos factores internos (González Wagner, 1983; Alvar, 1991).

Não cabe no escopo deste trabalho analisar as causas do fenómeno a que nos vimos referindo. Contudo, os seus resultados, em termos sociais, económicos, políticos e culturais conformaram a chamada “II Idade do Ferro” da Andaluzia Ocidental, com a qual o sítio estudado neste trabalho tem evidentes conexões. Por isso surge-nos como imprescindível uma sumaríssima análise do mundo dito Turdetano, especificamente direccionada no sentido de avaliar em que medida se pode englobar o Castelo de Castro Marim nessa esfera cultural.

A bibliografia arqueológica só recente e paulatinamente vem reconhecendo a individualidade da

Andaluzia Ocidental no contexto da segunda metade do I milénio a.n.e., tendo-se vindo a abandonar – ainda que não por completo – a designação de “Ibérico” para o horizonte cultural “pós-tartéssico”, por assim dizer, adoptando, por sua vez, o termo “Turdetano” (García Fernández, 2002, 222), bem atestado nas fontes clássicas (García Fernández, 2003). A opção por este termo conhece, contudo, não poucas dificuldades e contrariedades: a informação das fontes greco-latinas, ainda que inestimável, traduz necessariamente uma visão exógena da realidade em causa, e parece legítimo pensar que o apelativo *Turdetanos* corresponda, em última análise, a mais uma das designações empregues de forma algo arbitrária pela literatura – e pela administração – romana, no sentido de organizar, compartimentando, as realidades peninsulares com que se via confrontada no momento da conquista (*idem*, 187).

Por outro lado, mesmo entre os arqueólogos, não há consenso sobre o processo de etnogénese das comunidades turdetanas, que têm sido consideradas tanto o produto de uma miscigenação total entre as populações semitas que na primeira metade do 1º milénio a.n.e. haviam aportado às costas andaluzas e a população autóctone (Ruiz Mata, 1994, 350), como, em explícita oposição a esta perspectiva, o substrato endógeno, com claras conexões ao mundo atlântico do Bronze Final que, uma vez abandonados os hábitos “importados”, “orientalizantes”, das elites, retomaram (se é que alguma vez as abandonaram) tradições ancestrais, sem desdenhar contudo as inovações tecnológicas introduzidas no momento anterior, como o torno de oleiro ou o *know-how* metalúrgico (Escacena Carrasco, 1987; García Fernández, 2007).

Estas dificuldades não justificam, na nossa opinião, uma posição essencialmente céptica em face deste problema; gostaríamos, não obstante, de sublinhar a necessidade de abordar, com um sentido crítico redobrado, as questões da identidade étnica, sobretudo aplicadas ao registo arqueológico (Jones, 1997).

Feitas estas ressalvas, é indispensável sublinhar que as relações entre o Castelo de Castro Marim (como, de resto, o restante território litoral algarvio, cf. Arruda, 2007) e os territórios da Andaluzia ocidental na segunda metade do 1º milénio a.n.e. foram inegáveis (Arruda, 2005, 61-7), a vários títulos. Uma abordagem recente, integrando conjuntos cerâmicos de Castro Marim, Faro e Monte Molião,

proporcionou dados que permitiram equacionar a proposta de o Algarve ter sofrido, na segunda metade do I milénio a.n.e., um verdadeiro processo de “*gaditanização*” (Sousa e Arruda, 2010), facto já sugerido por estudos anteriores que haviam incidido sobre as importações da área da Baía de Cádiz – quer contentores anfóricos destinados ao transporte de preparados de peixe (Arruda *et al.*, 2006), quer cerâmicas ditas “finas” (Arruda, 2000) quer ainda ao nível da própria cerâmica comum (Sousa, 2009, 77-83) – tendência que, como adiante discutiremos, também se observa no conjunto em estudo.

Por outro lado, as transformações de meados do 1º milénio a.n.e. encontram-se nitidamente plasmadas no registo arqueológico, notando-se naquela que foi denominada *Fase V*, com início no século V a.n.e., uma reformulação urbanística profunda, cronologicamente consentânea com processos semelhantes verificados em outros sítios andaluzes (*cf. supra*; Arruda *et al.*, 2007, 471). É também este o momento em que se verifica a chegada a Castro Marim, em quantidades assinaláveis, de cerâmica grega, especificamente produções áticas (Arruda, 1995; 1997), que constituem mais uma evidência da inscrição deste povoado nas dinâmicas comerciais globais que se verificaram no território da actual Andaluzia neste período (Cabrera Bonet, 1994; Arruda, 1997, 141). De igual modo, e em linha com o que se vem propondo para os sítios do âmbito “turdetano” da Andaluzia Ocidental (Escacena Carrasco e Belén, 1994, 143-5), também para Castro Marim parece sustentável afirmar que a retoma verificada após os momentos de retrocesso económico do século VI a.n.e. assentou num desenvolvimento significativo da exploração dos recursos marinhos (Arruda, 2006).

Que dizer, pois, da identidade cultural da população de Castro Marim na segunda metade do 1º milénio? Os estudos que têm procurado isolar os elementos passíveis de identificar uma matriz “turdetana” no registo arqueológico (nomeadamente, Escacena Carrasco, 1992; García Fernández, 2007) sublinham a incapacidade de certos elementos materiais – como por exemplo, a cerâmica pintada, de que este estudo se ocupa – para individualizar os grupos turdetanos. Por outro lado, são consensuais ao identificar como elementos caracterizadores a língua, por um lado, e, por outro, a matriz religiosa, consubstanciada em certos modelos arquitectónicos e em certas práticas rituais.

Parece-nos possível afirmar que ambos estes elementos são rastreáveis no caso de Castro Marim, em particular, e do Algarve, em geral: linguisticamente, a área do Vale do Guadalquivir e da Andaluzia Ocidental têm como um dos seus elementos caracterizadores a profusão dos topónimos em -oba/-uba, que se estendem efectivamente para o Algarve (*cf. Ossonoba*) (Guerra, 1998, 707 e mapa 3); a nível religioso, o edifício com um provável cariz de culto identificado no Castelo de Castro Marim (Arruda, 2005; Arruda *et al.*, 2009; Gomes, 2012, 91-98), tem os seus paralelos mais próximos, quer a nível arquitectónico quer no que se refere a certos aspectos rituais, justamente na área da Andaluzia Ocidental.

Assim, e seguindo estes critérios, que têm sido adoptados e validados pela investigação, e conjugando-os com os aspectos de evidente conexão – nalguns casos revestindo-se de um aspecto quase de dependência – com o território andaluz em termos materiais (Sousa e Arruda, 2010), é possível hoje aceitar como provável a inscrição de *Baesuri* na matriz cultural que vem sendo designada como “Turdetana”, não obstante as reservas que colocamos ao termo (*cf. supra*). Apesar disso, torna-se necessário assinalar o facto de que parte significativa das importações verificadas no sítio terá uma proveniência gaditana (Sousa e Arruda, 2010), não podendo *Gadir*, em nenhuma circunstância, ser considerada como um pólo “Turdetano”, pelo menos num qualquer sentido étnico estrito. Adiante discutiremos de forma mais alargada esta questão, mas deve desde já notar-se esse facto, sugestivo do alcance da influência exercida por aquela colónia fenícia.

4. O ESTUDO DA CERÂMICA PINTADA

As produções cerâmicas da “II Idade do Ferro” decoradas com recurso a pintura, fazendo uso de motivos essencialmente geométricos (bandas paralelas, círculos concêntricos, arcos, etc.) e de linhas ondulantes e zigzagueantes, desde cedo reconhecidas nos sítios com ocupações deste período na Baixa Andaluzia (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 201), foram longamente englobadas nas produções ditas Ibéricas (*cf. Pericot, 1980*).

Só bastante mais tarde, com o decorrer da investigação sobre a Proto-história daquele território espanhol, e em paralelo com a tendência, a que já aludimos, de individualizar a Baixa Andaluzia, “Turdetana”, da Alta Andaluzia e Levante, ditos

“Ibéricos”, se valorizaram as diferenças entre ambas as produções cerâmicas, que são, contudo paralelas, tendo em comum uma origem nas produções pintadas de âmbito fenício (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 204-5).

Não empregámos até aqui, e não empregaremos, o termo “cerâmica turdetana” (*idem*) pelas reservas que já explicitámos quanto ao uso do etnónimo, reservas essas que, de resto, foram bem formuladas em trabalhos de síntese recentes sobre este tipo de produções (*idem*, 201-2). Além disso, o emprego do termo para designar este repertório cerâmico, cujo valor étnico foi já refutado (Escacena Carrasco, 1992, 325-7), torna-se ainda mais problemático quando se percebem os claros paralelismos apresentados entre a cerâmica “turdetana”, as produções gaditanas (Sáez Romero, 2005; 2008) e até a cerâmica deste mesmo período de sítios norte-africanos, como Kuass (Ponsich, 1968; Alaoui, 2007, esp. 107-145), que se explicam pelas raízes comuns, entroncando no período “orientalizante”, e pela activa circulação comercial no chamado “Círculo do Estreito”, que determinou a interpenetração dos distintos repertórios formais, sem contar com as influências externas que, no período em questão, lhes são comuns, nomeadamente a da cerâmica grega (Alaoui, 2007, 107).

Outro ponto que merece destaque prende-se com a pertinência da individualização das produções pintadas do domínio da cerâmica comum: técnica e formalmente, a cerâmica pintada e a cerâmica dita “comum”, não pintada, apresentam uma enorme similitude (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 203). Naturalmente, esta questão mereceria um estudo específico, que não cabe no contexto deste trabalho, que as avaliasse em conjunto, na linha do que foi já ensaiado justamente para Castro

Marim, Faro e Monte Molião (Sousa, 2009, 77-84; Arruda e Sousa, 2010; Arruda *et al.*, no prelo), no sentido de identificar eventuais padrões de incidência da pintura em formas específicas.

O modelo de produção que tem sido proposto para a cerâmica comum, pintada e não pintada, deste período assenta em pequenos *ateliers* com um modo de produção artesanal, especializado mas não massificado, com características semelhantes às propostas por A. M^a. Niveau (2004, 190-3) para a oficinas da área “púnico-gaditana”, o que introduziu nestas peças uma grande variabilidade, quer ao nível da sua qualidade quer no que se refere aos pormenores morfológicos, ainda que o repertório formal seja, em si mesmo, relativamente reduzido (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 204).

Ainda no respeitante à produção, a ideia defendida para os sítios da Baixa Andaluzia de produções eminentemente destinadas ao consumo local (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 204), testemunhada pela descoberta de um forno em *Italica* (Luzón, 1973, 17), três no Cerro Macareno (Ruiz Mata e Córdoba, 1999) e oito em Albolón, Carmoña (Rodríguez, 2001 *apud* Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 204), choca com a constatação de que uma percentagem muito avultada da cerâmica comum e da cerâmica pintada exumada em Castro Marim, bem como aliás em Faro e mesmo em Monte Molião, parece poder identificar-se como proveniente da área genérica da Baía Gaditana (Sousa, 2009, 73-74; Sousa e Arruda, 2010; cf. tb. *infra*). Só uma parte relativamente reduzida do conjunto estudado pode atribuir-se a uma produção local/regional de Castro Marim (cf. *infra*), correspondendo assim a esse hipotético modelo produtivo de âmbito local.

5. DEFINIÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

O conjunto de cerâmica pintada cujo estudo agora se apresenta foi exumado durante os trabalhos arqueológicos realizados no Castelo de Castro Marim; incluem-se aqui as peças oriundas de contextos estratigráficos enquadráveis na segunda metade do I milénio a.n.e. (séculos V-III a.n.e.), bem como outros materiais que, apesar de aparecerem em contextos secundários, de cronologia romana ou mesmo moderna, podem, pelas suas características formais, ser atribuídos a este mesmo período. Incluíram-se também neste estudo algumas peças já anteriormente dadas a conhecer (Arruda, 1997, 115 e Figs. 7 e 8; Arruda e Freitas, 2008, Fig. 17; Sousa, 2009, 77-84).

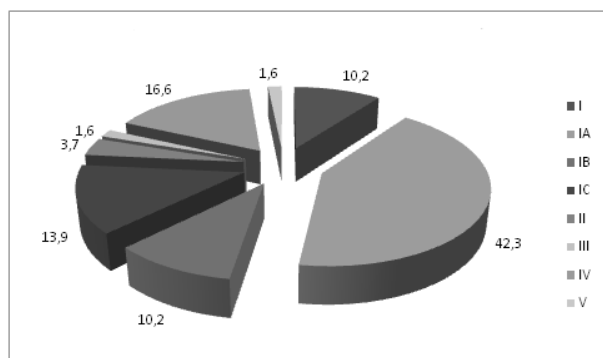


Fig. 2. Distribuição do conjunto estudado por grupos de fabrico

Para a quantificação deste conjunto seguiram-se as normas propostas pelos investigadores reunidos na Mesa Redonda de Mont Beauvray (Protocole Beauvray, 1998), tendo-se contabilizado o número de fragmentos e, realizadas as colagens possíveis, o número de elementos morfológicos significativos (no caso presente, bordos e fundos). Uma vez separados por grupos técnicos de fabrico, estabeleceu-se o número mínimo de indivíduos (NMI) que equivale à contagem dos elementos morfológicos mais abundantes dentro de cada um deles (em todos os casos, no presente trabalho, os bordos). Chegou-se, assim, a um número total de 185 NMI.

5.1. OS GRUPOS DE FABRICO

A definição dos grupos técnicos de fabrico foi feita por análise macroscópica das pastas, tendo-se tomado em consideração a cor, de que daremos a indicação com a referência ao código de cores da *Munsell Soil Color Charts*, a natureza da matriz argilosa, as características dos elementos não plásticos presentes (a sua identificação mineralógica, quando possível, as suas dimensões, configuração e abundância relativa), a compactação da pasta, a sua textura e o aspecto da fractura.

Assim, considerados todos estes elementos, chegou-se à individualização de cinco grupos, designados I (sub-dividido nos fabricos IA, IB e IC), II, III, IV e V (fig. 2). Alguns dos exemplares em apreço, correspondentes a um conjunto estudado anteriormente (Sousa, 2009, 76-84), e que perfazem um NMI de 19 (10,2% do conjunto total), pertencem ao Grupo I, não tendo contudo sido possível distribuí-los pelos vários fabricos em que agora dividimos este grupo (IA, IB ou IC).

No conjunto em estudo, o Grupo IA conta com 79 NMI (42,3%). A sua comparação com outras produções bem conhecidas, nomeadamente anfóricas, sugere uma origem na área da Baía Gaditana. A mesma origem pode avançar-se o grupo IB, que se encontra representado por 19 NMI (10,2%), bem como para o IC, com 26 NMI (13,9%).

Os fabricos que definimos por Grupos II e III, com 7 NMI (3,7%) e 3 NMI (1,6%), respectivamente, foram considerados indeterminados quanto à origem. De facto, as características físicas das suas pastas não fornecem informações que permitam a adscrição de uma qualquer área de produção concreta.

O Grupo IV, que contabiliza 31 NMI (16,6%) deve corresponder às produções locais/regionais de

Castro Marim, bem identificadas no decurso dos trabalhos arqueológicos no sítio.

Finalmente, o Grupo V, residual no conjunto em análise ao contar com apenas 3 NMI, o que perfaz 1,6% do conjunto total, poderá tratar-se também de uma produção gaditana; este grupo de fabrico está apenas atestada em grandes recipientes carenados da Forma 2.2 (cf. *infra*), forma muito característica da produção oleira da Baía de Cádiz, facto que conjugado com as características da pasta permitem, ainda que com reservas, propor uma origem para estas peças nessa área.

Dito isto, parece obrigatório comentar aqui a predominância das importações atribuíveis à Baía Gaditana no conjunto analisado. Os números falam por si: o Grupo I, que totaliza 76,6% da amostra estudada, corresponde com grande probabilidade a produções oriundas dessa área (a que poderiam acrescentar-se, talvez, os 1,6% do Grupo V), ao passo que as produções locais/regionais (Grupo IV) não ultrapassam os 16,6%, representando aquelas para as quais não estamos em condições de propor uma origem (Grupos II e III) os restantes 5,3 %.

Muito vincada na amostra em estudo, esta tendência ecoa o que se vem verificando para o Castelo de Castro Marim relativamente a outras classes cerâmicas, como os contentores anfóricos destinados aos preparados piscícolas (Arruda *et al.*, 2006, 171) ou a própria cerâmica comum (Sousa, 2009, 96 e ss.; Sousa e Arruda, 2010). Não se afigura fácil explicar esta esmagadora predominância dos produtos gaditanos no registo arqueológico do Castelo de Castro Marim, especialmente em materiais de uso tão quotidiano como a cerâmica comum. Em todo o caso, são um eloquente testemunho de estreitas ligações comerciais, e hipoteticamente sociopolíticas, que unem o território algarvio à metrópole de fundação fenícia de *Gadir* (Arruda, 2007, 128; Sousa e Arruda, 2010; sobre a importância de *Gadir* no Sudoeste peninsular, v. tb. Chic García, 2004).

5.2. REPERTÓRIO FORMAL

5.2.1. Nota prévia

A definição do repertório formal representado na amostra em estudo depara-se com distintos problemas e limitações metodológicas que necessariamente reduzem a informação que dela podemos extrair. Desde logo, trata-se de um conjunto relativamente reduzido, em termos quantitativos, e que se encontra, além disso, num estado bastante fragmentário, nem sempre sendo possível entrever

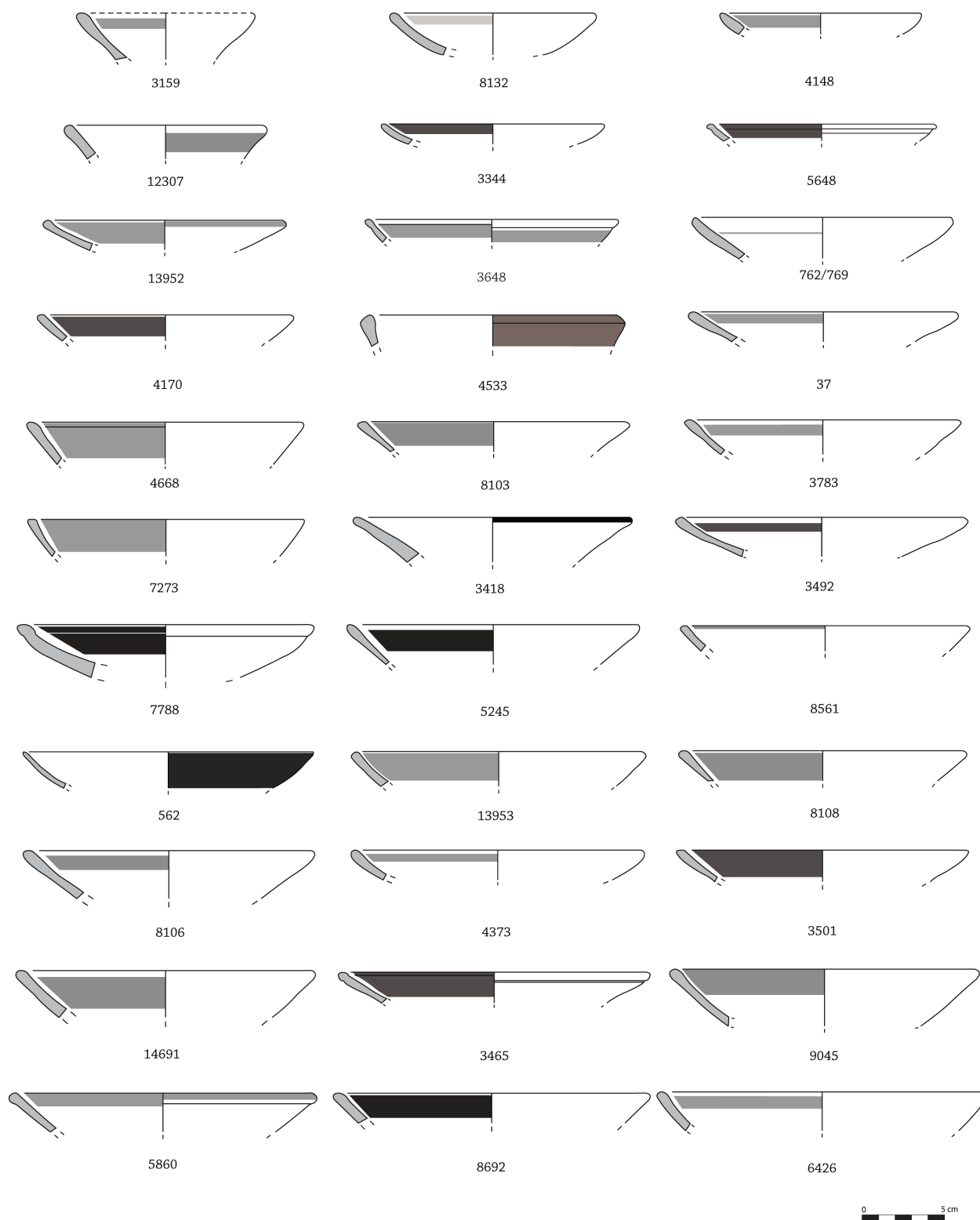


Fig. 3. Forma 1.1. (Tigelas)

o desenvolvimento das peças, enquadrando-as assim num tipo bem definido.

Outra dificuldade substancial que se coloca ao estudo de uma amostra de cerâmica pintada da Idade do Ferro prende-se com a enorme variabilidade que, dentro de um repertório formal relativamente circunscrito, se verifica ao nível dos detalhes morfológicos, não sendo possível, na maioria dos casos, atribuir a estas variações um valor cronológico ou cultural. Trata-se de um produto da grande margem de liberdade de acção dos oleiros, dado que, como referimos anteriormente, a produção se realiza sobretudo em pequenos *ateliers*, de forma especializada mas artesanal (Niveau, 2004, 190-3; Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 204).

Assim, para evitar a proliferação de tipos, especialmente em face da pequena dimensão da amostra, optámos pela definição de grupos amplos, baseando-nos primeiramente em critérios morfológicos, e seguindo de perto propostas recentes de arrumação tipológica que acompanham esse mesmo critério simplificado (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 206-12; Sousa, 2009, 77-86; Sousa e Arruda, 2010, 963-967).

Para a construção da tipologia que seguidamente apresentamos distinguiram-se inicialmente as formas abertas das formas fechadas. Em cada um destes grandes grupos, as diferentes morfologias atestadas são apresentadas genericamente da mais simples para a mais complexa. O primeiro número da designação que atribuímos a cada Forma aproxima tipos com características afins, que poderíamos designar grupos formais, servindo o segundo número para assinalar as formas específicas existentes dentro deles. Assim, por exemplo, o Grupo 2 corresponde a grandes recipientes abertos, enquanto que a Forma 2.1 classifica grandes recipientes de bordos horizontais e a Forma 2.2 grandes recipientes carenados.

A presente tipologia é, necessariamente, aberta, e outras formas poderão, naturalmente, vir a acrescentar-se com o progresso da investigação. Tal facto é, de resto, expectável em face da riqueza do repertório da cerâmica pintada na Baixa Andaluzia “Turdetana” (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008) ou na área gaditana (Sáez Romero, 2005; 2008), ambas com grande ressonância no conjunto em estudo.

5.2.2. Forma 1.1 – Tigelas (fig. 3 a 5)

As peças que genericamente designamos tigelas correspondem a recipientes em calote de esfera

simples, mais ou menos profundos. Os exemplares estudados apresentam diâmetros de abertura entre os 11,2 e os 24,8 cm, sendo a média de 18,4 cm, havendo apenas uma excepção, com 38 cm, que corresponde a uma peça excepcional no conjunto que, com maior propriedade, se poderia designar de pátera; não é possível, na ausência de qualquer exemplar com perfil completo, avaliar a profundidade média destes recipientes, pelo que alguns poderiam corresponder mais propriamente a pratos simples. Na amostra, contabilizaram-se 76 NMI (41,1%), enquadráveis nos grupos de fabrico I, IA, IB, IC e IV.

Quanto à morfologia geral, gostaríamos de ressaltar que existem no conjunto algumas peças (13051, 13938 e mesmo 12186 e 3925) que, pelas suas grandes dimensões, mais parecem aproximar-se de formas de tipo pátera e/ou de tipo “alguidar”. Embora do ponto de vista estritamente geométrico se assemelhem à forma em apreço, haverá que considerá-los como uma sub-categoria específica.

A maioria dos exemplares desta forma foi exumada em contextos atribuíveis ao final do século IV/século III a.n.e. (especialmente, Corte 1, QQ. D3/E3, U.E. [4], cf. Freitas, 2005, vol. II, 3 e 5), embora muitos provenham igualmente de contextos secundários formados em Época Romana ou Moderna, pelo que o seu valor cronológico é reduzido. Outros, contudo, podem atribuir-se com relativa segurança a contextos do século III a.n.e. pela sua associação a cerâmica de tipo “Kuass” (Sousa, 2009, 77-84).

A contextos mais antigos pertencem as peças 8064, associada a um fragmento de cerâmica ática de verniz negro da segunda metade do século V a.n.e. (Corte 3, Q. C6, U.E. [3], cf. *idem*, 7), que apresenta uma morfologia única no conjunto em estudo, mostrando um perfil ligeiramente extroverso e um bordo espessado exteriormente, e provavelmente também a 5648, de um contexto estratigraficamente anterior ao daquela (Corte 3, Q. C6, U.E. [6], cf. *idem, ibidem*), que exhibe também uma morfologia pouco comum, com um acentuado estrangulamento, que assinala a diferença entre bordo e parede. Igualmente ao século V a.n.e. pertencem os exemplares anteriormente publicados por A. M. Arruda e V. T. de Freitas (2008, Fig.17, 10649; 12583; 12587).

A estas peças devem ainda acrescentar-se o recipiente nº 145, de um nível (Corte 1, Q. E3, U.E. [5]) com uma cronologia centrada no século IV (*idem*, 5-6), com um perfil e uma decoração igualmente

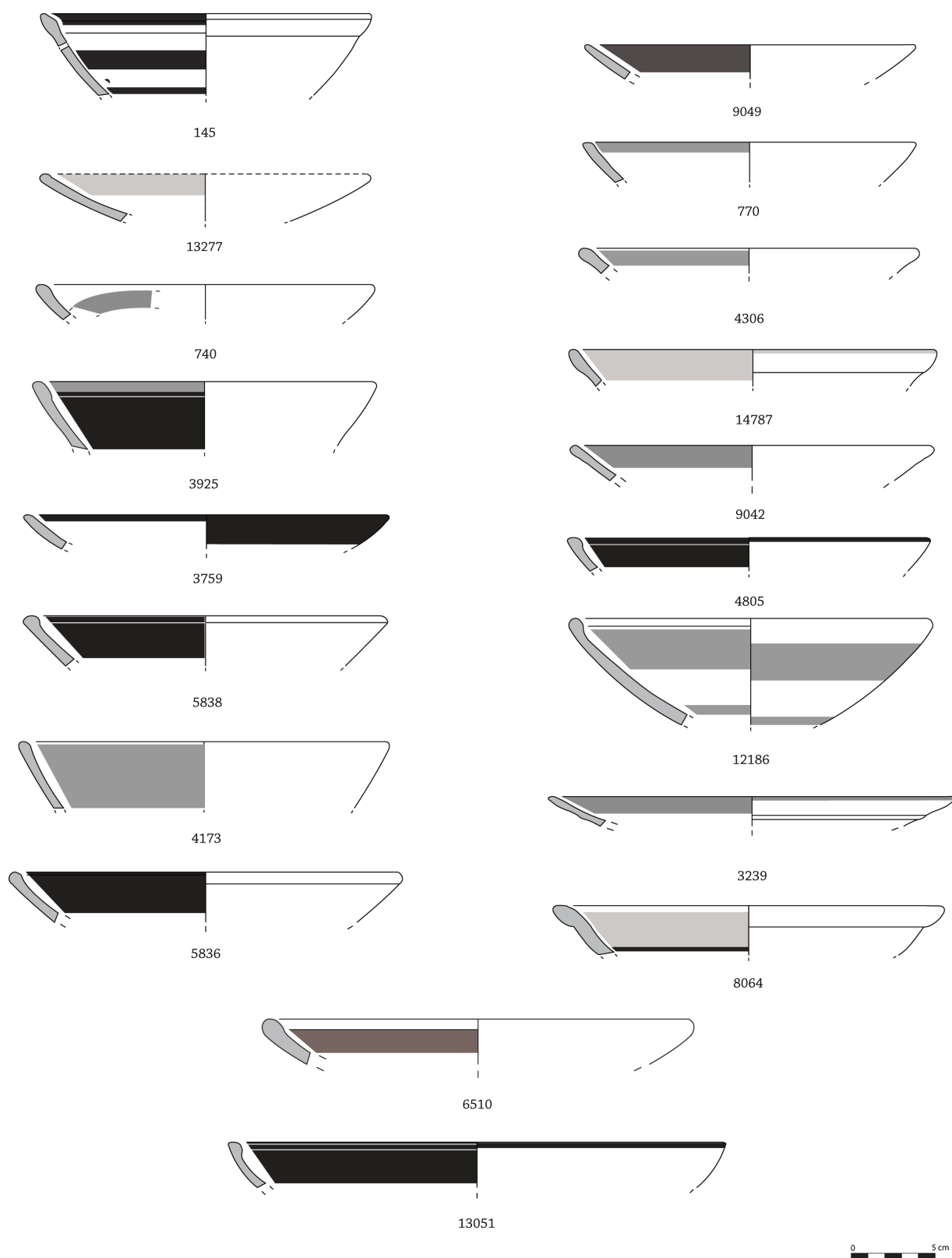


Fig. 4. Forma 1.1. (Tigelas)

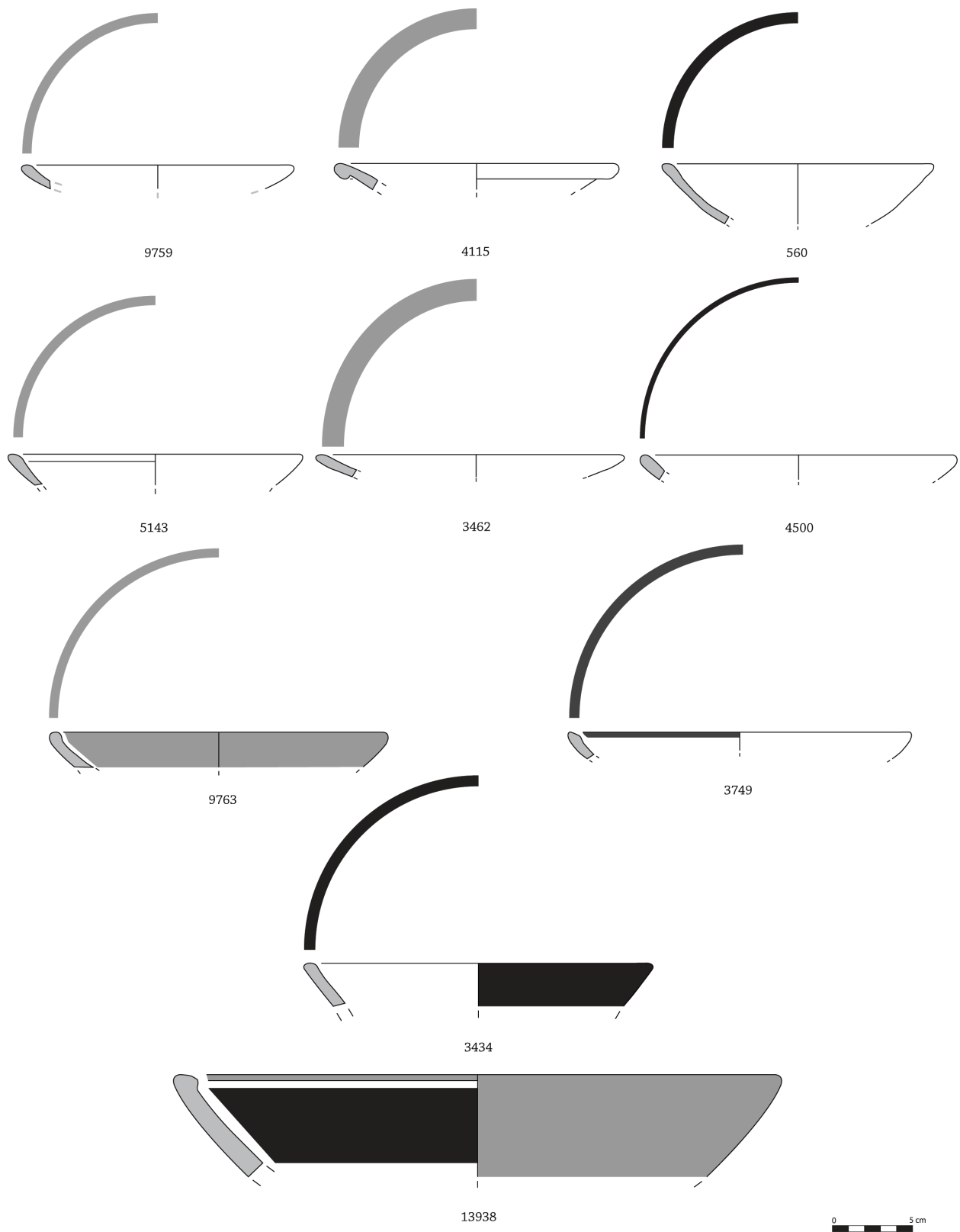


Fig. 5. Forma 1.1. (Tigelas)

individualizáveis no universo da amostra, apresentando um bordo espessado exterior e interiormente e biselado no interior, bem como marcas de uma reparação com “gatos”; o nº 3759, do mesmo contexto, mas sem qualquer peculiaridade morfológica; o nº 3749, ainda do mesmo nível, com um perfil simples, mas paredes muito finas, o que lhe confere um aspecto delicado; e ainda, possivelmente, os nn. 9763, exumado num nível (Corte 1, QQ. E2/F2, U.E. [5]) sem elementos datantes relevantes mas ao qual se sobrepunha um outro (U.E. [4]) datado do século IV-III a.n.e. (*idem*, 5), e 9759, que se encontra na mesma situação, embora num nível ainda anterior (U.E. [7]).

Quanto à decoração, é de assinalar a raridade da bicromia, presente em apenas quatro exemplares; não deixa de ser significativo que a peça contextualmente mais antiga (8064) apresente este tipo de decoração, com uma faixa larga de cor alaranjada na superfície interna, delimitada na sua parte inferior por uma banda de cor negra, cuja espessura é impossível determinar. Uma outra, a 13938, que se destaca do restante conjunto pelas suas dimensões e particular morfologia, apresenta igualmente pintura bícroma, podendo talvez representar uma produção antiga; a última peça bícroma, 3925, foi exumada infelizmente em níveis superficiais.

Outra peça relativamente antiga dentro da amostra (145) apresenta igualmente uma decoração *sui generis*, com bandas negras na parte interior do bordo e na superfície interna, havendo igualmente indícios de que exibiria um outro motivo mais complexo no fundo interno de que se conserva apenas uma parte ínfima junto à fractura.

É igualmente importante referir que a pintura exclusivamente a negro está representada em apenas dezassete exemplares, contando com o que acabamos de referir, dispondo-se esta geralmente na face interna das peças e/ou no topo do bordo, preferencialmente em bandas largas embora estejam atestadas algumas decorações com bandas finas. A pintura em distintos tons de vermelho, do violáceo ao alaranjado, é predominante, dispondo-se na superfície interna e ocasionalmente sobre bordo, sendo bastante mais raras as peças com pintura na superfície externa. A peça 769 poderá constituir um bom exemplo da redução e simplificação da decoração no período mais tardio da Idade do Ferro que pôde ser verificada no estudo de outros conjuntos (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 203).

Seria ocioso enunciar a relação dos sítios em que este tipo de recipientes está presente; de facto, pela sua adaptabilidade e hipotética polifuncionalidade, estes recipientes são praticamente omnipresentes nos sítios com ocupação da “II Idade do Ferro” no Algarve e na Baixa Andaluzia, evoluindo pouco ao longo de toda a diacronia sidérica (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 208). Sublinharemos apenas, pelo seu valor cronológico, a presença das peças de bordo cortado (770, 3501, 5191 e 7273), característica morfológica que pode associar-se a uma baliza cronológica bastante curta, no século III a.n.e., como o indicam peças semelhantes de Montemolín (Tipo IIB, García Vargas *et al.*, 1989, 223-4 e fig. 1, IIB), facto que, no conjunto em análise, parece corroborado pela associação estratigráfica de pelo menos um exemplar com esta característica morfológica (5191) a cerâmica de tipo “Kuass” (Sousa, 2009, peça 384).

5.2.3. Forma 1.2 – Pratos (fig. 6)

As peças que englobamos no Grupo 1.2 são muito características dos contextos ditos “turdetanos” (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, Fig.1, 1 e 3). Correspondem a pratos com paredes divergentes e bordos horizontais (peças 4145), sub-horizontais ou ligeiramente pendentes, simples (8122 e 8970) ou facetados (3431 e 778). Os exemplares em estudo têm diâmetros de abertura entre os 14 e os 22,8 cm, sendo a média 19,3 cm. Contabilizam 9 NMI (4,9%), e correspondem a produções dos grupos I, IA, IB, IC e IV.

Quanto à decoração, a pintura, sempre em tons de vermelho, do alaranjado ao violáceo, distribui-se pela superfície externa e pelo bordo. As peças 778, 4145 e 8970 apresentam ainda pintura na superfície interna; no primeiro caso o bordo foi deixado em reserva, bem como a porção da superfície externa imediatamente abaixo deste; o segundo caso é, nesta forma, o único exemplo de bicromia, apresentando uma banda negra na superfície interna e bandas alaranjadas na externa e no topo do bordo; no último caso, a pintura na superfície interior corresponde tão-somente a um prolongamento da banda que cobre o bordo.

Os exemplares de Castro Marim contam com bons paralelos na maioria dos sítios cronológica e culturalmente afins, como Monte Molião, Lagos (Bargão, 2008, Fig. 11, 1-2; cf. tb. Arruda *et al.*, no prelo), área urbana de Huelva, em níveis que se estendem do chamado “Turdetano I”, datável ainda dentro do século VI a.n.e., até, pelo menos, ao “Turdetano III”

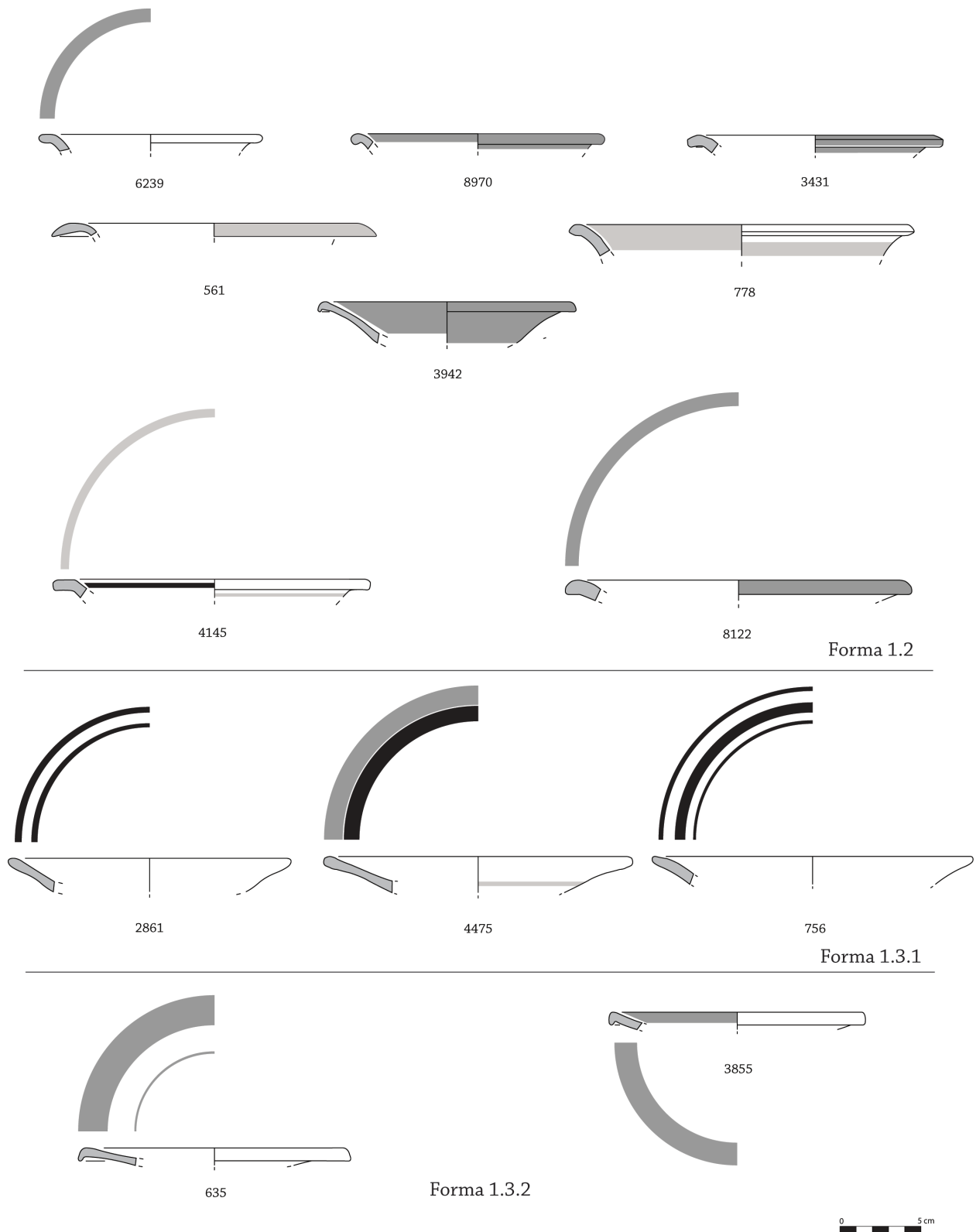


Fig. 6. Formas 1.2 (Pratos), 1.3.1 e 1.3.2 (Pratos de Peixe)

(segundo e terceiro quartéis do século IV a.n.e.) (Rufete Tomico, 2002, 163-86), Cerro Macareno, desde meados do século V a.n.e. (Pellicer Catalán *et al.*, 1983, Fig. 48, 1262, 1240) até níveis já de inícios do século II a.n.e. (*idem*, Fig. 23, nn.2015, 2022), Pajar de Artillo, desde as fases mais antigas, dos finais do século III-inícios do II a.n.e. (Luzón, 1973, Lám. X, A), Vico, em níveis datados de inícios do século V a.n.e. (Bandera Romero e Ferrer Albelda, 2002, Fig. 12, n.15), Montemolín (García Vargas *et al.*, 1989, Forma IA), Sevilha, em contexto dos séculos IV-III a.n.e. (García Fernández e González Acuña, 2007, Lám. 3, n.1907) ou Alcalá del Río (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, Fig. 1, n.1).

No Castelo de Castro Marim, os exemplares exumados estendem-se desde níveis relativamente antigos (peça 778, Corte 1, Q. D3, U.E. [7], cf. Freitas, 2005, vol. II, 4), possivelmente relacionados com os momentos finais da “I Idade do Ferro”, até contextos do final do século IV – século III a.n.e. (peça 561, Corte 1, Q. D3, U.E. [4], *idem*, 3), estando atestada a sua presença nesta última centúria com pelo menos um exemplar (7756) estratigraficamente associado a cerâmica de tipo “Kuass” (Sousa, 2009, n. 432).

Embora tenhamos optado por integrá-la no Grupo 1.2, a peça 561 apresenta particularidades morfológicas que claramente a individualizam no conjunto. Dela se conserva apenas um fragmento, correspondendo a um bordo em aba, que assumiria uma posição sub-horizontal. Vasos com características semelhantes foram englobados por M^a. Belén e Juan Pereira (1985, 309-10 e Fig.1) no seu tipo 1.1.A.1, que contudo se refere, sobretudo, a exemplares da 1^a metade do 1^o milénio a.n.e.. A peça castromarinense distingue-se, por outro lado, das apresentadas por aqueles investigadores pela espessura inferior do bordo. Há ainda a salvaguardar a possibilidade de algumas peças (especialmente 3431, 8122 e também 561) poderem hipoteticamente também pertencer a pratos do tipo genericamente designado “prato de peixe”; não os considerámos como tal porque a porção conservada é manifestamente insuficiente para o demonstrar taxativamente, e também porque no caso das duas primeiras a espessura dos bordos não parece consentânea com os típicos recipientes daquele tipo.

5.2.4. Forma 1.3 – Pratos de peixe (fig. 6)

Sob a designação, muito divulgada na literatura arqueológica, de “prato de peixe”, englobam-se realidades algo distintas. No conjunto em análise, pudemos estabelecer uma clara subdivisão deste

grupo; por um lado, sob a designação de Forma 1.3.1., recolhemos recipientes abertos com paredes divergentes, bordos essencialmente simples ou com um ligeiro engrossamento externo e uma depressão central “em poço”, cuja origem pode remontar ao repertório cerâmico introduzido pelas populações fenícias (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 208 e fig. 1, 5); por outro, como Forma 1.3.2., recolhemos recipientes com bordos pendentes, “em pestana”, mais ou menos desenvolvidos, e igualmente com depressão central, cujo protótipo se encontra nas produções áticas (Sparkes e Talcott, 1970, 147-8; fig. 10, nn.1061-76), que, em meados do 1^o milénio a.n.e., chegaram em abundância ao território peninsular (Arruda, 1997, 133-5). No Castelo de Castro Marim, estas formas cerâmicas estão bem representadas em distintas produções (Arruda, 1999-2000, fig. 23; 2000, fig. 2).

Na amostra em estudo, contamos com dez exemplares representativos desta forma, dos quais sete (4,3% do conjunto total) corresponderão a modelos fenícios (1.3.1.) e três (1,6%), de forma mais ou menos directa, a modelos helenísticos (1.3.2.).

Os sete exemplares que julgamos poder aproximar do modelo “fenício” do “prato de peixe” (Forma 1.3.1.), apresentam paredes rectas, divergentes, e bordos simples ou com um ligeiro espessamento no exterior, com diâmetros entre os 17,6 e os 18,4 cm, sendo a média de 16,7 cm. Todos os exemplares correspondem, igualmente, a produções da área da Baía de Cádiz, dos grupos I, IA e IV.

As peças 2861 e 4475 foram exumadas em contextos secundários (Q. C5, U.E. [2] e Q. E2, U.E. [3], respectivamente), pelo que não fornecem dados relevantes para balizar cronologicamente a presença desta forma no Castelo de Castro Marim; felizmente, contudo, as restantes peças do conjunto foram exumadas em níveis seguros da II Idade do Ferro, podendo datar-se pela sua associação contextual a cerâmicas de tipo “Kuass” do século III a.n.e. (Sousa, 2009, 175).

Quanto à decoração, as peças apresentam em geral múltiplas bandas na superfície interna, estando presentes quer soluções decorativas que alternam bandas largas e estreitas, quer outras que apresentam exclusivamente bandas estreitas. A bicromia é bastante frequente nas decorações desta forma, aparecendo normalmente associadas bandas em diversos tons de vermelho com outras pretas. Estão também presentes, contudo, peças com decoração monocromática, com bandas quer vermelhas quer pretas.

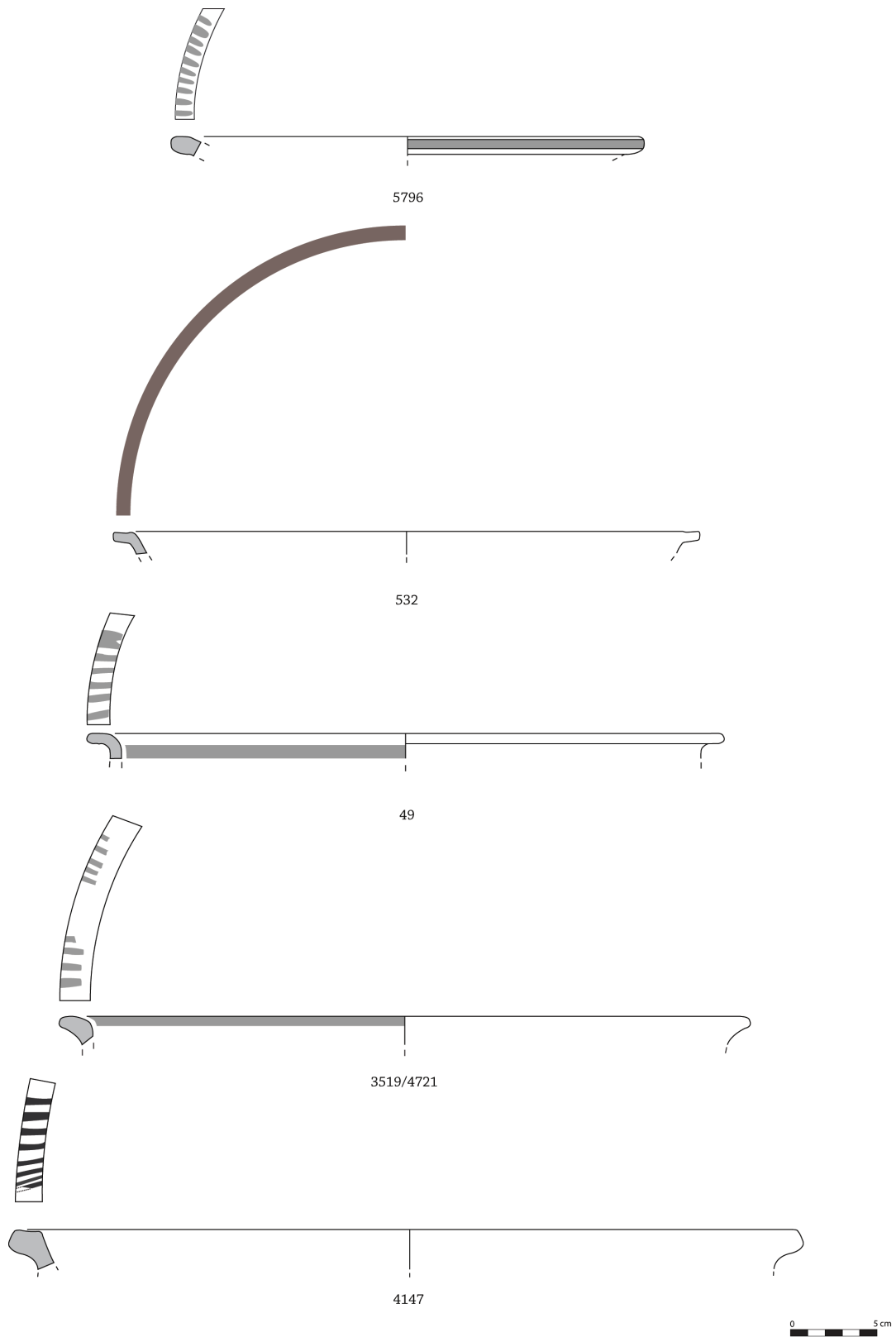
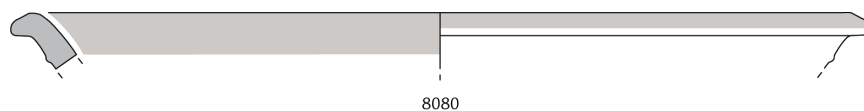


Fig. 7. Forma 2.1 (Grandes recipientes de bordo horizontal)

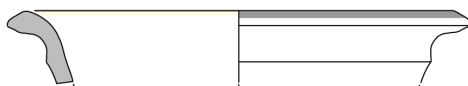


8080

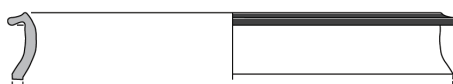


4121

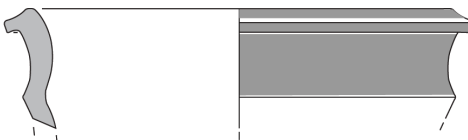
Forma 2.1



4456



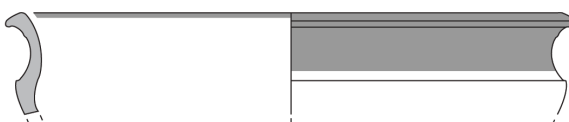
9041



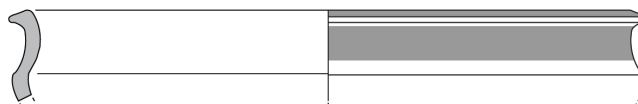
9584



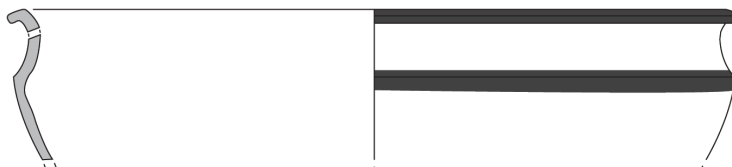
9108



9164



9038



9086

Forma 2.2

0 5 cm

Fig. 8. Formas 2.1 (Grandes recipientes de bordo horizontal) e 2.2 (Grandes recipientes carenados)

Quanto aos exemplares representativos da forma de influência helenística (1.3.2.), apresentam paredes divergentes e um bordo pendente pouco desenvolvido. A pintura, em tons de vermelho (com exceção de uma peça com decoração bícroma, vermelha e preta), distribui-se em bandas pela superfície interna (635) ou na superfície interna e externa (3855). Estas peças apresentam diâmetros entre os 16 e os 17,2 cm, sendo a média de 16,6 cm; correspondem a produções da área de Cádiz, dos grupos I, IA e IC.

Os pratos de peixe estão também representados, por outro lado, por sete fundos (519, 2865, 2866, 4140, 4449, 4702 e 6763), com diâmetros entre os 5 e os 6,4 cm, sendo a média de 5,8 cm. São perfeitamente reconhecíveis pela depressão central que apresentam. A primeira peça apresenta um fundo em disco, bem delimitado do corpo da peça; a segunda apresenta um ressalto interno muito vincado que delimita a depressão central e um fundo indicado simples; na terceira a depressão central é delimitada por uma ligeira reentrância que lhe dá um aspecto mais fechado, facto que também se verifica na peça 4702, sendo que a primeira apresenta um fundo indicado simples e a última um pé em disco; a peça 4140 tem a depressão central particularmente bem marcada e ainda um ressalto vincado na parede externa; apresenta um pé bem destacado e separado do corpo da peça por um ligeiro estreitamento, com uma base plana interrompida por uma estreita canelura; finalmente, as peças 4449 e 6763 apresentam depressões centrais de morfologia simples, delimitadas apenas por uma aresta suavizada, sendo o fundo indicado simples.

A peça 519 apresenta uma decoração singela, consistente numa banda de cor negra próxima da depressão central, para além de um grafito, aparentemente aleatório na sua composição, na base. A peça 2865 ostenta igualmente uma decoração singela, com duas finas bandas vermelhas na superfície interna. Tanto o exemplar 2866 como o 4449 apresentam decoração bícroma, com uma banda larga a vermelho e uma banda mais estreita a negro na superfície interna; já a peça 4140 apresenta decoração bícroma, com a porção vertical da depressão central pintada de vermelho e duas bandas, uma negra e outra vermelha, na superfície interna; a peça 4702 apresenta uma banda larga cor-de-laranja na superfície interna e finalmente a peça 6763 apresenta, também ela, decoração bícroma com duas finas bandas negras e uma mais espessa vermelha na superfície interior.

Uma vez mais, esta forma encontra-se tão disseminada pelos sítios com ocupações da “II Idade do Ferro” no Algarve e Baixa Andaluzia, estando representada em várias produções, desde os protótipos áticos à cerâmica “tipo Kuass”, passando pela cerâmica comum e pintada em bandas, que nos parece ocioso listar os paralelos possíveis.

5.2.5. Forma 2.1 – Grandes recipientes de bordo horizontal (figs. 7 e 8)

Sob esta designação genérica englobamos recipientes abertos de grandes dimensões (entre os 21 e os 43,2 cm de diâmetro de abertura, com uma média de 31,5 cm) com bordos que apresentam uma clara inflexão relativamente ao corpo, cuja tendência é difícil precisar em face do estado fragmentário dos exemplares em estudo. Nalguns casos, o bordo, plano, assume uma efectiva orientação horizontal (peças 49, 532 e 5796) ou ligeiramente pendente (8080); noutros, o bordo é extroverso com um espessamento na parte superior que lhe confere um aspecto *grosso modo* triangular (3519/4721 e também 5789) ou trapezoidal (4121); num único caso, este espessamento é exterior e confere ao bordo um perfil quadrangular com uma ligeira concavidade no topo (4147). Ainda quanto à morfologia gostaríamos de ressaltar a especificidade do exemplar 5789, que aproximamos deste grupo formal com algumas reservas pela profundidade que, aparentemente, teria.

No total, este grupo contabiliza 8 NMI (4,3%) correspondendo a produções dos grupos de fabrico IA, IB, IC e II (os bordos engrossados internamente correspondem exclusivamente a esta última produção).

Quanto à decoração, este tipo apresenta uma tendência que não se verifica em nenhuma outra das formas estudadas: cinco exemplares (49; 3519/4721, 4147, 5796 e 8580) mostram o bordo decorado com traços oblíquos formando sanefas, que pelo menos no caso do primeiro exemplar parecem organizar-se em métopas. Na peça 4146 a pintura ostenta uma tonalidade negra e na 8580 há a assinalar a presença da bicromia; não obstante, os distintos tons de vermelho são predominantes na decoração desta forma. Além desta decoração *sui generis*, as peças deste grupo apresentam ainda decoração na superfície interna e/ou no bordo.

Não é fácil identificar paralelos para este grupo tipológico, especialmente porque fragmentos menos bem conservados, como os de Castro Marim, facilmente se confundem com outras formas,

como os pratos de bordo extroverso, ou os grandes recipientes carenados usualmente designados “*lebrillos*” (cf. *infra*), aos quais algumas das peças que englobamos neste grupo, especialmente as que apresentam sanefas de traços oblíquos no bordo, poderiam pertencer, dado que este tipo de decoração ocorre sobretudo nesse grupo formal; não dispomos contudo de dados suficientes relativamente ao perfil das peças para propor essa integração, pelo que optamos pela sua classificação genérica no grupo que vimos tratando.

Não obstante, peças que se podem aproximar das de Castro Marim ocorrem na área urbana de Huelva, em contextos do “Turdetano I-IIA”, de meados do século VI a meados do século V a.n.e. (Rufete Tomico, 2002, Lám. 23, n.2), e do “Turdetano III” (segundo e terceiro quartéis do século IV a.n.e.) (*idem*, Lám. 69, nn.2-4), em Vico, num contexto de meados do século IV a finais do III a.n.e. (Bandera Romero e Ferrer Albelda, 2002, fig. 17, nn.7-9), e no Cerro Macareno, nos inícios do século IV a.n.e. (Pellicer Catalán, Escacena Carrasco e Bendala Galán, 1983, fig.43, n.1383).

Quanto aos exemplares de Castro Marim, alguns surgiram claramente descontextualizados em níveis Modernos (caso das peças 4121 e 4147). A maioria das peças contextualizadas foi exumada em níveis de finais do século IV-século III a.n.e. (especialmente, Corte 1, QQ. E3/D3, U.E. [4], cf. Freitas, 2005, vol. II, nn.3 e 5-6).

5.2.6. Forma 2.2 – Grandes recipientes carenados (“*lebrillos*”) (fig. 8)

Contando-se entre as mais características formas do repertório morfológico dito “turdetano”, as peças que designamos como grandes recipientes carenados, e que na literatura arqueológica espanhola recebem a designação de “*lebrillos*” (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 209-11 e fig. 2, nn.1-4), são peças em calote de esfera com um estrangulamento marcado que define um colo sub-vertical, destacado do corpo por uma linha de carena mais ou menos marcada; os bordos são extroversos, e, na amostra em estudo, variam entre o biselado (peça 4456) e o inflectido e ligeiramente pendente, simples (9038, 9086, 9108 e 9164) ou com um ligeiro espessamento no final (9041; 12580), estando também presente um bordo de morfologia particular, facetado e ligeiramente pendente, ligeiramente estrangulado na sua porção descendente; as peças apresentam diâmetros de abertura entre os 20 e os 34,4 cm (média de 25,9 cm). Na amostra em estudo,

esta forma totaliza 8 NMI (4,3%), correspondentes a produções dos grupos IA, IC e V, sendo de resto a única forma representada neste último fabrico.

Quanto à decoração, incide geralmente no bordo, mas também nas superfícies externas e, num caso (9086), sobre a carena, aplicando-se quer a pintura a negro (9041 e 9086) quer a vermelho (restantes peças).

Como foi já referido, estes grandes recipientes carenados contam-se entre as peças mais características do repertório do Algarve e Baixa Andaluzia na “II Idade do Ferro”, sendo a sua presença na generalidade dos sítios com ocupação deste período muitíssimo frequente. Assim, surgem, com ou sem pintura, no Monte Molião, Lagos (Sousa e Arruda, 2011; Arruda *et al.*, no prelo), no Cerro da Rocha Branca, em Silves (Gomes, 1993, fig. 14, nn.1-2), em Faro (Sousa, 2009, 83-84), em Tavira (Maia, 2004, 5 e Est. III), em Beja, onde são recolhidos como a forma I.B (Grilo, 2006, 36-7 e Est. XXXVIII, n.0830.0040), em La Tiñosa, ao longo de toda a diacronia de ocupação (entre o século IV e inícios do II a.n.e.) (Belén e Fernández-Miranda, 1978, fig. 9, nn.3,4; fig. 21, nn.13-17; fig. 26, nn.20-1; fig. 29, n.16), na área urbana de Huelva, em níveis do “Turdetano IIb” (segunda metade do século V a.n.e.) ao “Turdetano IV” (século III a.n.e.) (Rufete Tomico, 2002, 174-68), na escavação da Calle Abades, 41-43, no centro histórico de Sevilha, em níveis da segunda metade do século IV-século III a.n.e. (García Fernández e González Acuña, 2007, 540-7 e Ests. 4-6), em Vico, ao longo de toda a diacronia da segunda metade do I milénio a.n.e. (Bandera Romero e Ferrer Albelda, 2002, figs. 8-9 e 17, nn.1-2), em Montemolín, onde foram designados Forma VI, assinalando-se que a sua máxima difusão no sítio ocorre nos séculos III-II a.n.e., embora estejam presentes desde cronologias anteriores (García Vargas *et al.*, 1989, 228-9 e fig. 3), em Pajar de Artillo, do final do século III ao século I a.n.e. (alguns exemplares da Forma 9, Luzón *et al.*, 1973, 43-4 e Ests. XII-XIV), no Cerro Macareno, desde finais do século VI a inícios do século II a.n.e. (Pellicer Catalán *et al.*, 1983, fig. 23, n.2015; fig. 29, nn.1775, 1781, 1780; fig. 33, nn.1642, 1656-1659, 1672; fig. 35, nn.1593, 1581-1, 1575; fig. 38, nn.1535, 1512, 1515, 1514, 1517, 1516, 1536; fig. 40, n.1445; fig. 43; fig. 49, cartela; fig. 51, nn.1147, 1175, 1209; fig. 53, nn.1108, 1119; fig. 55, n.1036), em Las Cumbres (Ruiz Mata e Niveau, 1999, fig.2) e em Alcalá del Río (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, fig. 2, n.3). A sua

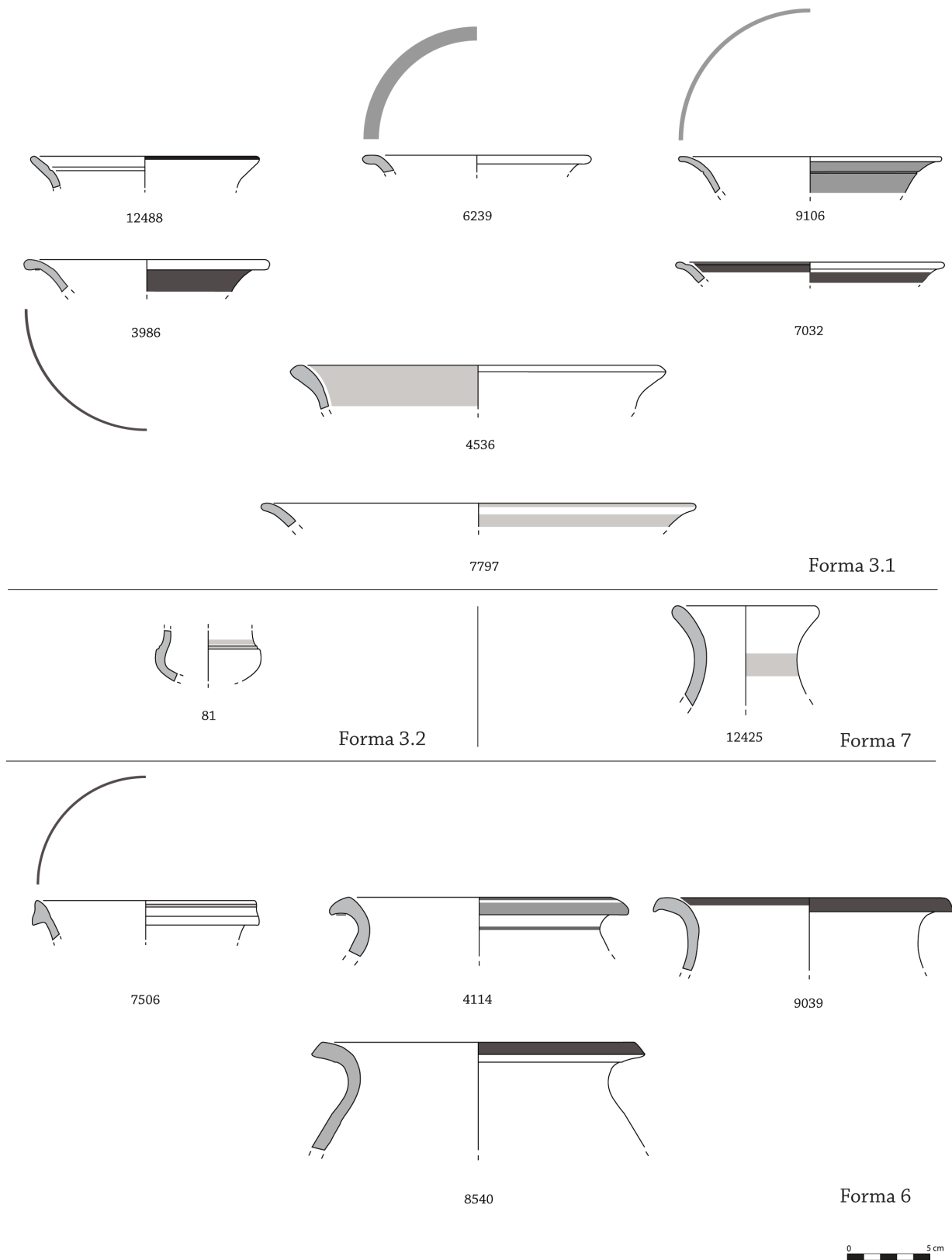


Fig. 9. Formas 3.1 (Recs. tulipiformes), 3.2 (Copo), 6 (Recs. Piriforme) e 7 (Garrafa)

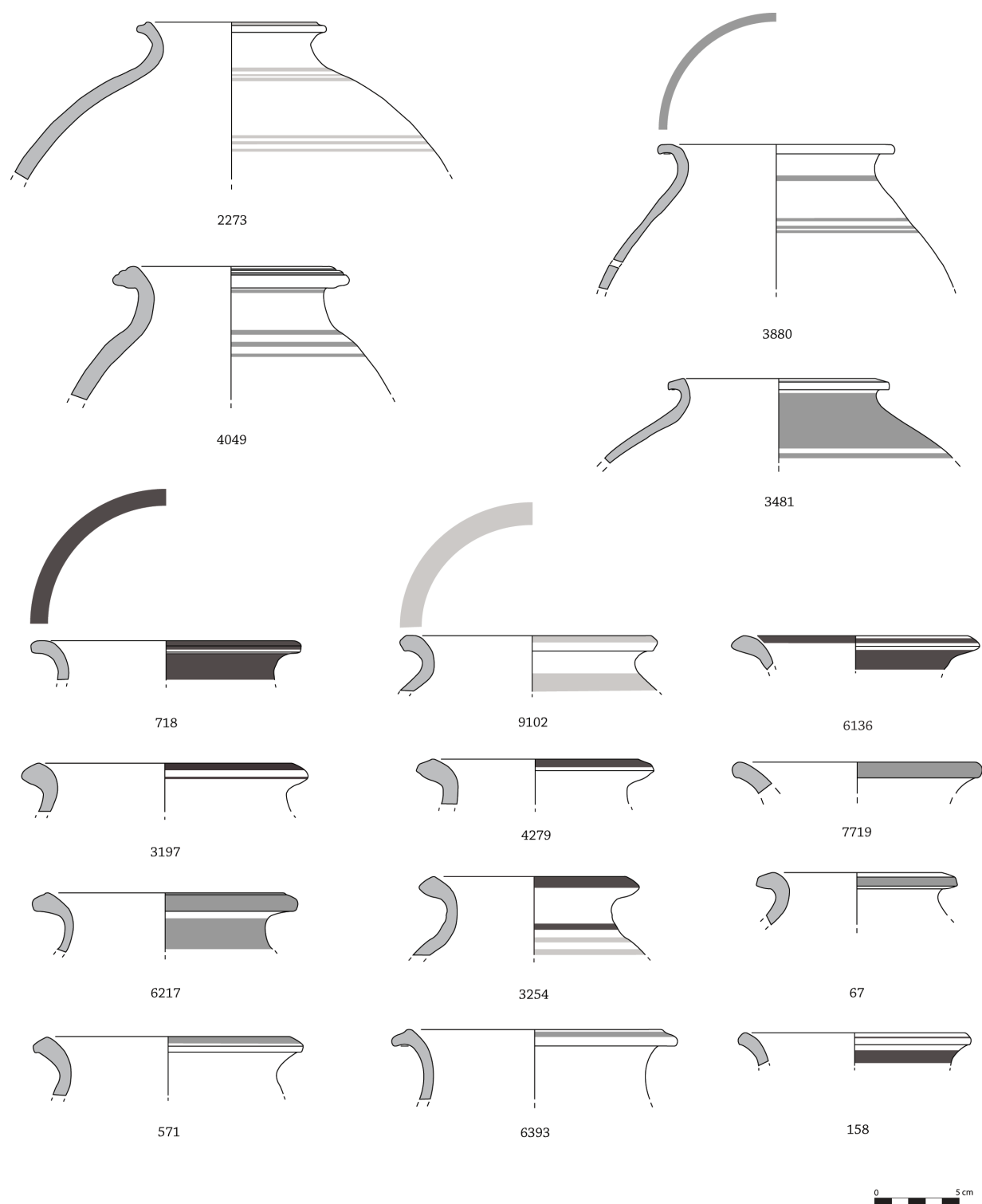


Fig. 10. Forma 5.1 (Potes)

produção encontra-se bem atestada no centro oleiro de Camposoto, (San Fernando, Cádiz), onde são recolhidos nas formas BIIIb1-b6 (Ramon Torres *et al.*, 2007, 74-5 e figs. 147-8) e igualmente no centro oleiro de Torre Alta, onde os exemplares mais semelhantes aos nossos se enquadraram na forma GDR 4.1.1 (Sáez Romero, 2008: 623-635).

Quanto aos exemplares do Castelo de Castro Marim, surgiram infelizmente na sua maioria remobilizados em contextos de cronologias posteriores, Romana e Moderna, pelo que se torna difícil, em face da larga perduração e escasso significado cronológico da variação que este tipo apresenta, apontar-lhes cronologias. O único exemplar exumado em contexto primário (12580) pode, contudo, atribuir-se a uma cronologia relativamente recuada, dentro ainda do século V a.n.e. (Arruda e Freitas, 2008, 439).

5.2.7. Forma 3.1 – Recipientes tulipiformes (fig. 9)

Os recipientes que designamos como tulipiformes apresentam dimensões muito diferenciadas, mas um aspecto genericamente delicado, com paredes pouco espessas, e uma morfologia acampanada, com um corpo hipoteticamente em calote de esfera e um estrangulamento que o separa de um colo divergente, muito aberto, com diâmetros entre os 13 e os 24,2 cm (média 18,8 cm), culminando em bordos simples (peças 7032, 7797, 9106 e 12488) ou espessados exteriormente (3986; 4536).

No Baixo Guadalquivir, são considerados peças características dos séculos III-II a.n.e. (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 208), embora aí a decoração se restrinja geralmente a duas ou três bandas estreitas na superfície externa, enquanto na maioria dos exemplares em estudo as superfícies externas, na parte conservada, se encontram totalmente cobertas por pintura em distintos tons de vermelho, para além de apresentarem, em alguns casos, pintura no bordo, quer no topo quer na parte inferior deste. Só duas peças fogem a esta gramática decorativa: uma delas é, justamente, a única que apresenta também pintura a negro, circunscrita a uma banda estreita no bordo (peça 12488); a outra (6239) mostra igualmente uma banda pintada a vermelho sobre o bordo.

Na amostra em estudo, totalizam 5 NMI (2,7%), correspondendo a produções dos grupos de fabrico IA, IC e IV. Um potencial exemplar desta forma (peça 7797) apresenta um diâmetro superior aos das restantes peças (33,4 cm), pelo que a classificação nos oferece reservas.

As peças desta forma contam com bons paralelos na maioria dos sítios coetâneos da Baixa Andaluzia, de que referiremos Huelva, níveis dos chamados “Turdetano IIb/c” e “Turdetano III” (meados do século V a finais do século IV a.n.e.) (Rufete Tomico, 2002, 174-186), Vico, contextos de finais do século IV-século III a.n.e. (Bandera Romero e Ferrer Albelda, 2002, fig.18, nn.15-7), Montemolín, onde são recolhidas na Forma IV (García Vargas *et al.*, 1989, 227 e fig.2), ou Pajar de Artillo, onde alguns recipientes foram incluídos na Forma 9 (Luzón, 1973, lám. XIII, G). Também no Baixo Alentejo, na Azougada, se exumaram exemplares que podem aproximar-se desta forma, com a particularidade de aí estarem atestadas peças com decorações complexas de linhas zigzagueantes, grinaldas de círculos concêntricos e grupos de linhas verticais (Antunes, 2010, Fig. 214, nn.278 e 279); a baliza cronológica para a ocupação deste sítio indica que esta forma estaria presente também no Guadiana num momento relativamente antigo da segunda metade do primeiro milénio a.n.e..

Os exemplares de Castro Marim foram exumados, na sua maioria, em níveis dos séculos IV e III a.n.e. (especialmente Corte 1, Q. D3, U.E.'s [4] e [6], Q. E2, U.E. [4], cf. Freitas, 2005, vol. II, 3-5), surgindo os restantes remobilizados em níveis de cronologia romana ou pouco expressivos quanto à sua cronologia.

5.2.8. Forma 3.2 – Copos (fig. 9)

A forma que designamos como 3.2 encontra-se representada no conjunto em estudo por apenas duas peças (81 e 1071), correspondendo a apenas 1,1% do conjunto. Trata-se de pequenos recipientes, semelhantes aos recipientes tulipiformes recolhidos como forma 3.1, mas de muito menores dimensões, e que deverão, quiçá, interpretar-se como destinados ao consumo de líquidos. A forma está representada apenas por um fundo e um fragmento de bojo, ambos revelando um perfil em «S», com uma carena pouco acentuada. Quanto à decoração, a peça 1071, já anteriormente publicada, apresenta a superfície externa totalmente pintada a vermelho violáceo (Sousa, 2009, 182), enquanto o exemplar que agora damos a conhecer, 81, apresenta bandas pintadas a cor-de-laranja na área da carena.

Na área Turdetana estes recipientes são razoavelmente bem conhecidos, tendo-se sugerido que a sua cronologia se centraria nos séculos III-II a.n.e. (Escacena Carrasco, 1987, 362 e ss., *apud* Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 208). A natu-

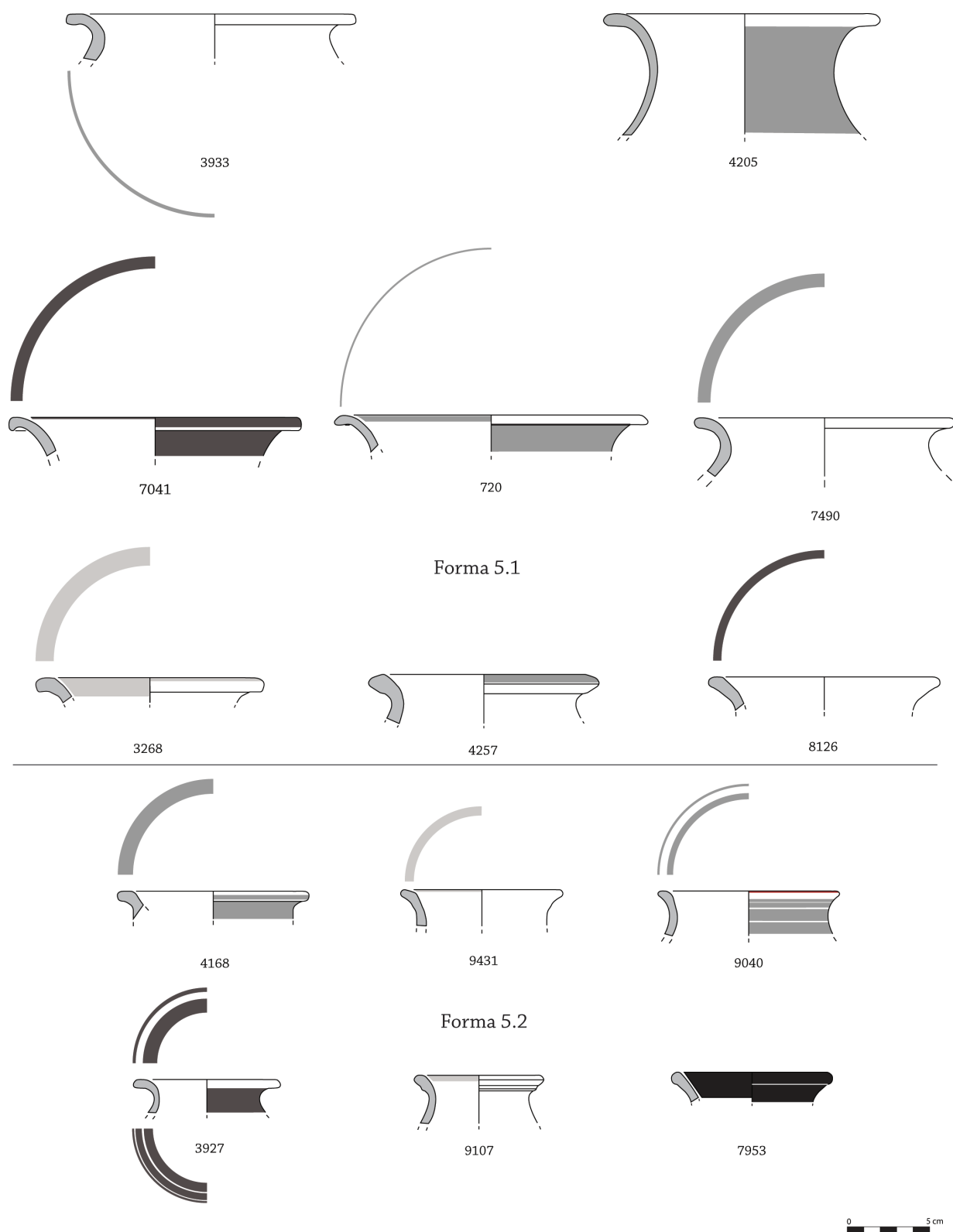


Fig. 11. Formas 5.1 (Potes) e 5.2 (Pequenos Potes)

reza das peças em apreço (um fundo e uma parede, sem qualquer bordo atestado) dificulta a procura de paralelos; não obstante, pudemos identificar em conjuntos emblemáticos da Baixa Andaluzia algumas peças que julgamos se aproximam da nossa: assim, em *Italica*, na área de Pajar de Artillo, que apresenta justamente a cronologia antes mencionada, peças com esta morfologia foram recolhidas como Forma 3 (Luzón, 1973, Lám. IV); em Vico, peças com morfologias que poderão aproximar-se da nossa foram exumadas em níveis mais antigos, de finais do século VI-século V a.n.e. (Bandera Romero e Ferrer Albelda, 2002, Fig.10, nn.10 e 12); do Cerro Macareno provém um copo que, ainda que de maior diâmetro que a nossa, poderia aproximar-se dela, enquadrável nos finais do século V a.n.e. (Pellicer Catalán *et al.*, 1983, Fig.46, n.1299); finalmente, também em Huelva, em contextos do «Turdetano IV» (c. 375-325 a.n.e.), existe pelo menos um exemplar que se aproxima do nosso, embora de maiores dimensões (Rufete Tomico, 2002, Lám. 64, n.6).

Gostaríamos finalmente de salientar que peças com esta morfologia são francamente pouco comuns nos conjuntos da “II Idade do Ferro”, representando uma forma claramente minoritária, facto que se encontra igualmente bem atestado no Castelo de Castro Marim.

5.2.9. Forma 4 – Almofariz (fig. 12)

Julgamos poder aproximar a peça 717 do tipo, muito difundido pelos sítios ditos “Turdetanos”, que geralmente é classificado como almofariz. Trata-se de peças em calote de esfera com bordos relativamente desenvolvidos; no caso de que nos ocupamos, o bordo assume uma configuração quadrada e ligeiramente pendente, apresentando um diâmetro de 17,6 cm. Embora não apresente o apêndice interno muito desenvolvido que caracteriza exemplares análogos, nota-se um certo desenvolvimento da aresta que delimita a abertura da peça. Apresenta pintura a vermelho alaranjado no topo e na faceta externa do bordo. Corresponde a uma produção do grupo de fabrico II.

A nossa peça aproxima-se de outras, de Faro (Sousa, 2009, Figura 109, n.615), Huelva, embora pertencente a um nível já de cronologia romana (Rufete Tomico, 2002, lám. 42, n.4), Sevilha, quer de uma peça que apresenta, contudo, o apêndice interno bastante mais desenvolvido, de níveis dos finais do século III-inícios do século II a.n.e. (García Fernández e González Acuña, 2007, lám.1, n.4511), quer de um outro exemplar, da mesma cidade, de

meados do século III a.n.e. (*idem*, 545-6) ou ainda de uma peça do povoado de Las Cumbres, do século III a.n.e. (Ruiz Mata e Niveau, 1999, fig.3); um exemplar de Montemolín apresenta esse mesmo perfil, mais evolucionado, com apêndice interno muito desenvolvido (García Vargas *et al.*, 1989, fig.2, VB), que está também presente no Cerro Macareno, em níveis com cronologias igualmente tardias (segunda metade do século III a.n.e.) (Pellicer, 1982, Abb. 19, n.23). Em Pajar de Artillo, os almofarizes foram recolhidos na Forma 10, contando com exemplares que se aproximam do nosso (Luzón, 1973, lám. XV, D-E). Também no centro oleiro de Camposoto, em Cádiz, surgem entre a produção exemplares próximos do nosso, recolhidos na forma BId8 (Ramon Torres *et al.*, 2007, 71). O exemplar de Castro Marim foi exumado em contexto de final do século IV – século III a.n.e. (Corte 1, Q. D3, U.E. [4], cf. Freitas, 2005, vol. II, 3).

5.2.10. Forma 5.1 – Potes (figs. 10 e 11)

Com a designação, muito difundida e facilmente inteligível, de pote designamos recipientes de tendência globular com colo diferenciado, mais ou menos curto, e bordos extrovertidos, que apresentam uma grande variabilidade morfológica. Estas peças perduram ao longo de toda a diacronia da “II Idade do Ferro”, com poucas a nenhuma alterações que lhe confirmam valor cronológico.

As peças apresentam dimensões medianas, entre os 11,2 a 17 cm de diâmetro no bordo, com uma média de 13,6 cm; a única excepção a este padrão é um dos recipientes anteriormente dados a conhecer (Arruda, 1997, Fig. 8), com um diâmetro de 34 cm que o afasta dos restantes exemplares embora, em termos formais, nos parece adequada a sua integração nesta forma; este recipiente é, além disso, o único a oferecer o perfil completo, o que nos permite igualmente conhecer a sua profundidade: 54,8 cm. É também através desta peça que podemos concluir que os fundos destes recipientes seriam em ônfalo, o que lhes daria a necessária estabilidade. No conjunto em estudo, os pots perfazem 26 NMI (14,1%). Correspondem a produções dos grupos de fabrico IA, IC, II, III e IV. Aos exemplares agora dados a conhecer devem ainda acrescentar-se dois outros exemplares, já publicados (Arruda, 1997, 201-202),

Estas peças merecem destaque dentro deste grupo pelo facto de serem os únicos exemplares classificáveis que oferecem padrões decorativos complexos. Um destes recipientes (*idem*: Fig.7) apresenta ao nível do bojo um campo decorativo enquadado

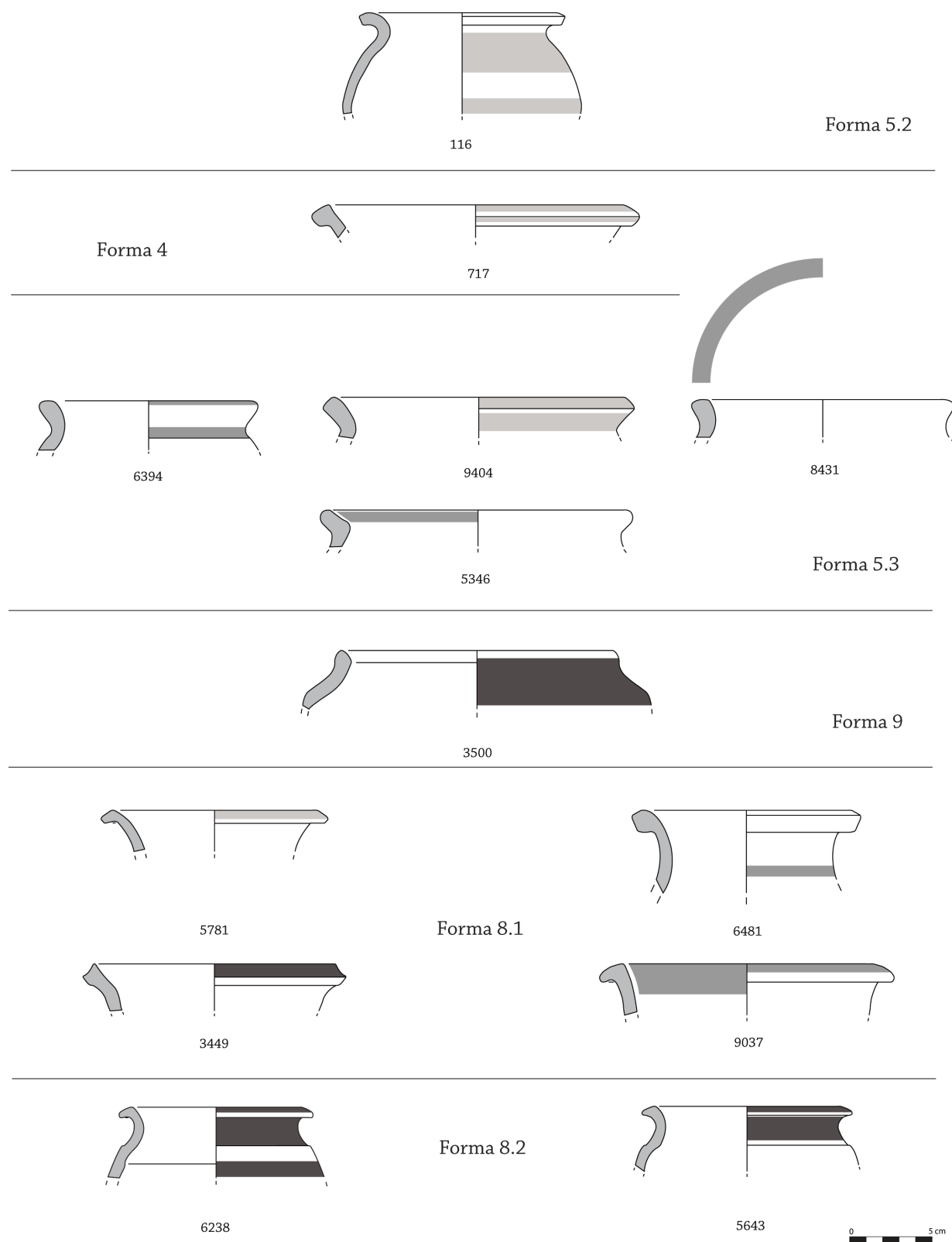


Fig. 12. Formas 4 (Almofariz), 5.2 (Pequenos Potes), 5.3 (Panelas), 8.1 («Urnas» de colo alto), 8.2 («Urnas» sem colo) e 9 (Dolium)

por duas bandas largas de pintura, negra na parte superior e vermelha violácea na inferior, onde se alternam grinaldas de círculos concêntricos e teorias de linhas ondulantes verticais, a negro; o outro (*idem*: Fig.8), por seu turno, apresenta uma solução semelhante mas, em lugar de grinaldas de círculos concêntricos, apresenta antes linhas espiraladas, cortadas pela larga banda que enquadra superiormente o campo decorativo. Estas soluções decorativas, perfeitamente conhecidas na área da Baixa Andaluzia (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008), repetem-se também em dois outros fragmentos inclassificáveis exumados no sítio (cf. *infra*).

Quanto às restantes peças desta forma, a organização da pintura alterna entre grupos de bandas estreitas (por exemplo, peça 2273) e bandas largas (3481). No caso da peça 4205, parece haver resquílios de pintura em toda a superfície externa, encontrando-se o bordo reservado. As peças 571, 4279, 4257, 6393, 7490 e 8126 apresentam as decorações mais simplificadas (uma banda estreita no bordo), simplificação essa que, atendendo aos contextos (o grosso destas peças surgiu em contextos de finais do século IV-século III a.n.e. ou remobilizado já em contextos romanos), poderá ser um indicador de uma cronologia avançada dentro da “II Idade do Ferro”. A gama cromática dos vermelhos tem uma clara predominância sobre os negros, constatando-se igualmente uma maioria de recipientes com pintura monocroma face a uma escassa representação de recipientes bicromos.

Seria impossível proceder a um levantamento de todos os paralelos que os contextos coetâneos oferecem para as peças em estudo, de tal forma são frequentes, como referimos acima, os exemplares morfológica e decorativamente afins que se encontram publicados. Assim, procuraremos apenas indicar paralelos concretos para algumas peças com um interesse particular.

Assim, e começando pelas peças 2273 e 6393, com o seu bordo de forma peculiar, os melhores paralelos encontram-se no Cabezo de La Esperanza, em Huelva, nos já referidos bordos “em bico de pato” a que aludem os investigadores que estudaram o espólio do sítio (Belén *et al.*, 1977, 349). Também na Rua do Sembrano, em Beja, bordos com morfologias semelhantes estão bem representados (Grilo, 2006, Est. XXXVI, n.0730.0006). O contexto da primeira peça do Castelo de Castro Marim permite atribuir-lhe uma cronologia relativamente antiga dentro da diacronia que nos ocupa, talvez dentro

do século IV a.n.e., enquanto a segunda surgiu remobilizada em contextos superficiais.

Outra peça peculiar, pelo desenvolvimento invulgar do seu colo, é o exemplar 4205; conta contudo com um bom paralelo num exemplar morfológicamente idêntico recolhido no nível 14 (finais do século V a.n.e.) do Cerro Macareno (Pellicer, 1982, Abb. 3, n.13; Pellicer Catalán *et al.*, 1983, fig. 46 *bis*). Em Castro Marim, o seu contexto não permite tecer elações sobre a cronologia, pois parece encontrar-se remobilizada em contextos de cronologia romana.

Gostaríamos também de indicar que a peça 3481, com o seu particular bordo facetado, tem paralelos exactos no centro produtor de Torre Alta (Cádiz), onde foi recolhido como Forma 12.2.2 (Sáez Romero, 2008, 654-5 e Fig. 40). A peça em apreço pertence, de resto, ao Grupo de Fabrico IA, cuja origem gaditana é mais que provável.

5.2.11. Forma 5.2 – Pequenos potes (figs. 11 e 12)

Morfológicamente semelhantes às peças recolhidas na Forma anterior, os exemplares que incluímos na Forma 5.2 apresentam, contudo, características volumétricas bastante distintas, sendo de muito menores dimensões, com diâmetros entre os 8 e os 10 cm (média de 9,2 cm); deve considerar-se juntamente com esta Forma também a peça 116 que, embora em termos de diâmetro de abertura (11,4 cm) caiba na Forma 5.1, se encontra suficientemente bem conservada para deixar entrever igualmente o seu pequeno tamanho. Esta Forma conta com um NMI de 8 (4,3% do conjunto total), distribuídos pelos Grupos de Fabrico I, IA, IB, IC e IV.

Morfológicamente, poucos comentários se poderão tecer sobre estes recipientes além daqueles que se avançaram já no ponto anterior, e bem assim a busca de paralelos é, igualmente, ociosa, visto que as peças desta forma são também elas virtualmente ubíquas nos sítios coevos. Referiríamos apenas que a peça 116, bastante bem conservada e de pequenas dimensões, exumada em contexto de finais do século IV/século III a.n.e., tem o seu melhor paralelo numa peça de Faro, embora esta seja de dimensões significativamente menores (Sousa, 2009, Fig.198, 620).

Igualmente, referiríamos que a peça 9107 se poderá aproximar das peças de desenvolvimento piriforme (ditas “*tinajas*”) que recolhemos no Grupo 6, embora as suas dimensões e a morfologia do bordo sejam distintas das peças daquele Grupo, pelo que preferimos mantê-la associada ao Grupo 5.2; de

resto, as características da sua pasta, muito esbranquiçada e porosa (consistente com pastas da Baía de Cádis/Bética Costeira já de Época Romana), e o seu contexto, provavelmente secundário, levantam algumas reservas à sua adscrição à Idade do Ferro, podendo tratar-se de uma peça de âmbito já romano.

Quanto à decoração, predomina esmagadoramente a pintura em diversos tons de vermelho, estando a pintura a negro representada em apenas dois exemplares (601 e 7953); a pintura distribui-se, com frequência, em bandas mais ou menos largas na superfície externa, havendo contudo exemplos de pintura igualmente na superfície interna (7953) ou circunscrita a bandas estreitas no bordo (601, 9107 e 9431).

5.2.12. Forma 5.3 – Painéis (fig. 12)

Embora optemos por recorrer à designação coloquial “painel”, as peças que englobamos na Forma 5.3, pelas características das suas pastas, adaptar-se-iam mal a um qualquer uso ao fogo, do qual não há, de resto, qualquer evidência física nos exemplares em estudo. Não obstante, designamos assim uma forma de recipiente fechado, sem colo, com bordos divergentes (num caso [5346], apresentando uma marcada inflexão e configurando um rebordo interno, não nos parecendo impossível que este pudesse ter servido de apoio a uma tampa), de configuração biselada, que lhes confere um aspecto facetado, quadrangular, tendo os exemplares em estudo diâmetros de abertura entre os 12,9 e os 17,8 cm (média de 14,6 cm). Não dispomos de dados relativamente ao desenvolvimento do corpo, mas provavelmente teria uma morfologia globular ou, mais provavelmente, bi-troncocónica. Totalizam 6 NMI (3,2%), dos grupos de fabrico I, IA, IC e III.

Esta forma tem sobretudo paralelos nas últimas produções manuais ou em produções grosseiras a torno lento, essas sim perfeitamente adaptadas ao uso ao fogo (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 211 e fig. 5, nn.3-6), amplamente difundidas por todos os sítios do Algarve e Baixa Andaluzia com ocupação coetânea. Os exemplares de Castro Marim surgem em contextos pouco fiáveis, não sendo possível adiantar qualquer pormenor cronológico, visto que, por si só, estas formas têm um valor datante praticamente nulo (García Fernández e González Acuña, 2007, 556), embora seja de assinalar a ausência na amostra em estudo de exemplares de bordo engrossado, cuja produção se inicia no século IV a.n.e., prolongando-se até época romana (*idem*).

No que diz respeito à decoração, a pintura utiliza exclusivamente os distintos tons de vermelho, aplicando-se no topo do bordo (8431), no rebordo interno que este configura (5346) ou na sua faceta externa e na restante superfície externa, com uma porção em reserva que divide a pintura de uma e outra parte da peça (9404 e 6394).

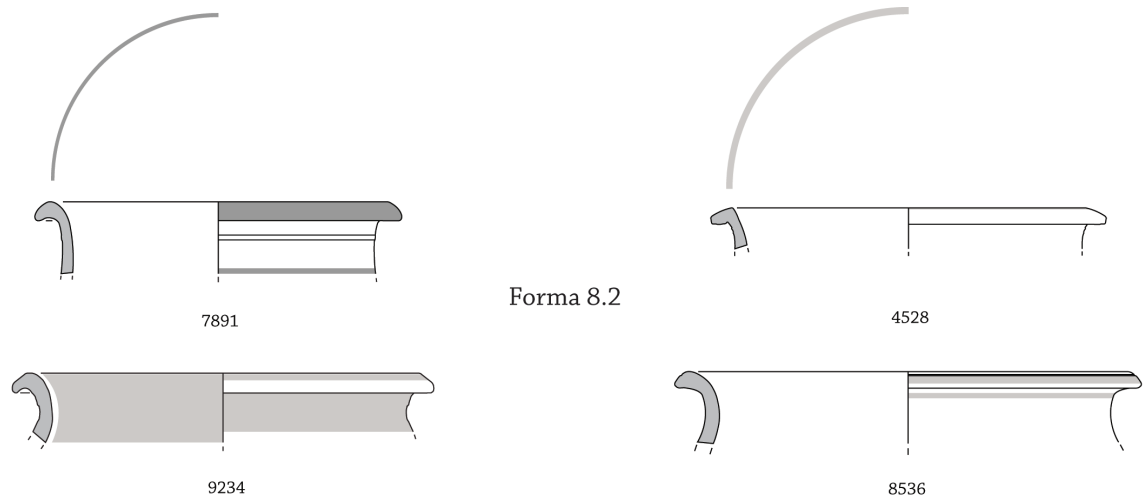
5.2.13. Forma 6 – Recipientes piriformes (fig. 9)

Na Forma 6 recolhemos três recipientes (3 NMI/1,6%), produções dos grupos de fabrico IB, IC e III, com uma morfologia *grosso modo* piriforme, desenvolvida verticalmente e alargada no centro, sem colo, e com bordos extroversos e biselados, num dos casos ligeiramente pendente (9039) ou, no caso do exemplar 7506, caracteristicamente triangular; estas peças apresentam diâmetros de abertura de 14 a 18,2 cm. A pintura, predominantemente vermelha, aplica-se nos exemplares em estudo apenas no bordo. A peça 4114 é a única a apresentar pintura bícroma, negra e vermelha, no bordo e numa banda estreita na zona de inflexão entre o colo e o corpo.

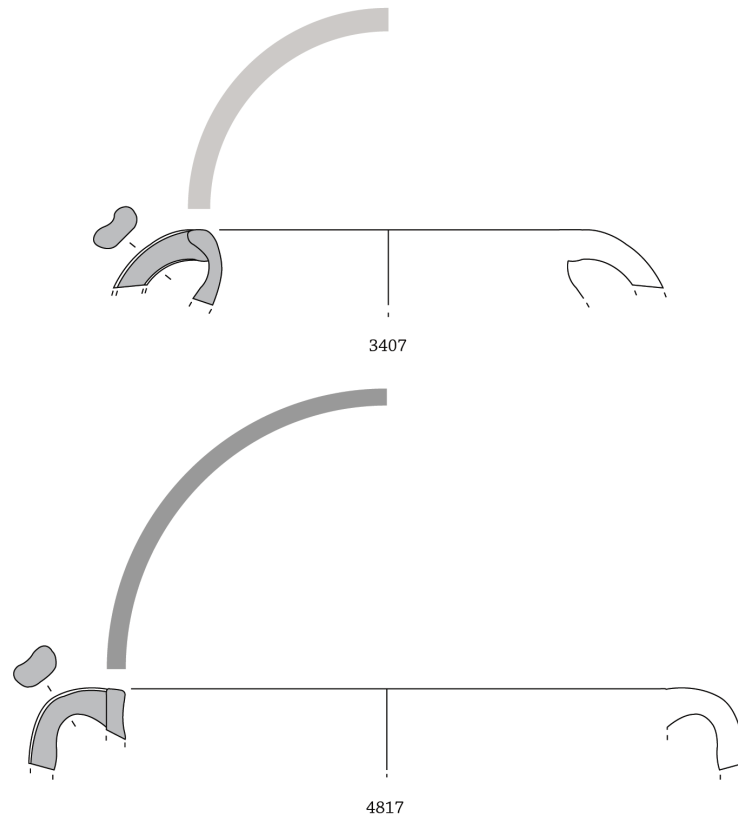
Trata-se de uma forma bem conhecida em Cádis, onde a sua produção está bem atestada (Bernal *et al.*, 2006, fig. 10, n.1), sendo recolhida por A. Sáez Romero (2005, 158-9) como a forma 8.1.1.1., embora a morfologia triangular dos bordos, característica das produções gaditanas, só esteja atestada num dos nossos exemplares (7506). Está presente nomeadamente em contextos do século IV ao II a.n.e., perdurando mesmo até ao período romano imperial (*idem*). É também uma presença comum nos sítios algarvios e da Baixa Andaluzia. Estão bem atestados no Monte Molião, Lagos (Arruda *et al.*, 2008, fig. 15, n.2275; Arruda *et al.*, no prelo) e igualmente em Pajar de Artillo, onde são recolhidos na Forma 7, com cronologias já de início do século I a.n.e. (Luzón Nogué, 1973, 43 e Lám. XI). Também na Azougada se atesta pelo menos um exemplar desta forma (Antunes, 2010, Fig. 216, n.285). Os exemplares de Castro Marim foram identificados em níveis Modernos, claramente em contexto de deposição secundária.

5.2.14. Forma 7 – Garrafa (fig. 9)

A Forma 7, representada por um único exemplar, corresponde a um tipo que, embora invulgar, é genericamente bem conhecido no mundo dito Turdetano, correspondendo a um vaso bastante tardio no Baixo Guadalquivir, presente em contextos do século II-I a.n.e. (já sob domínio romano) (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 211); a sua origem, contudo, deverá buscar-se no mundo dito Ibé-



Forma 8.2



Forma 10



Fig. 13. Formas 8.2 («Urnas» sem colo) e 10 (Grandes recipientes pithóides)

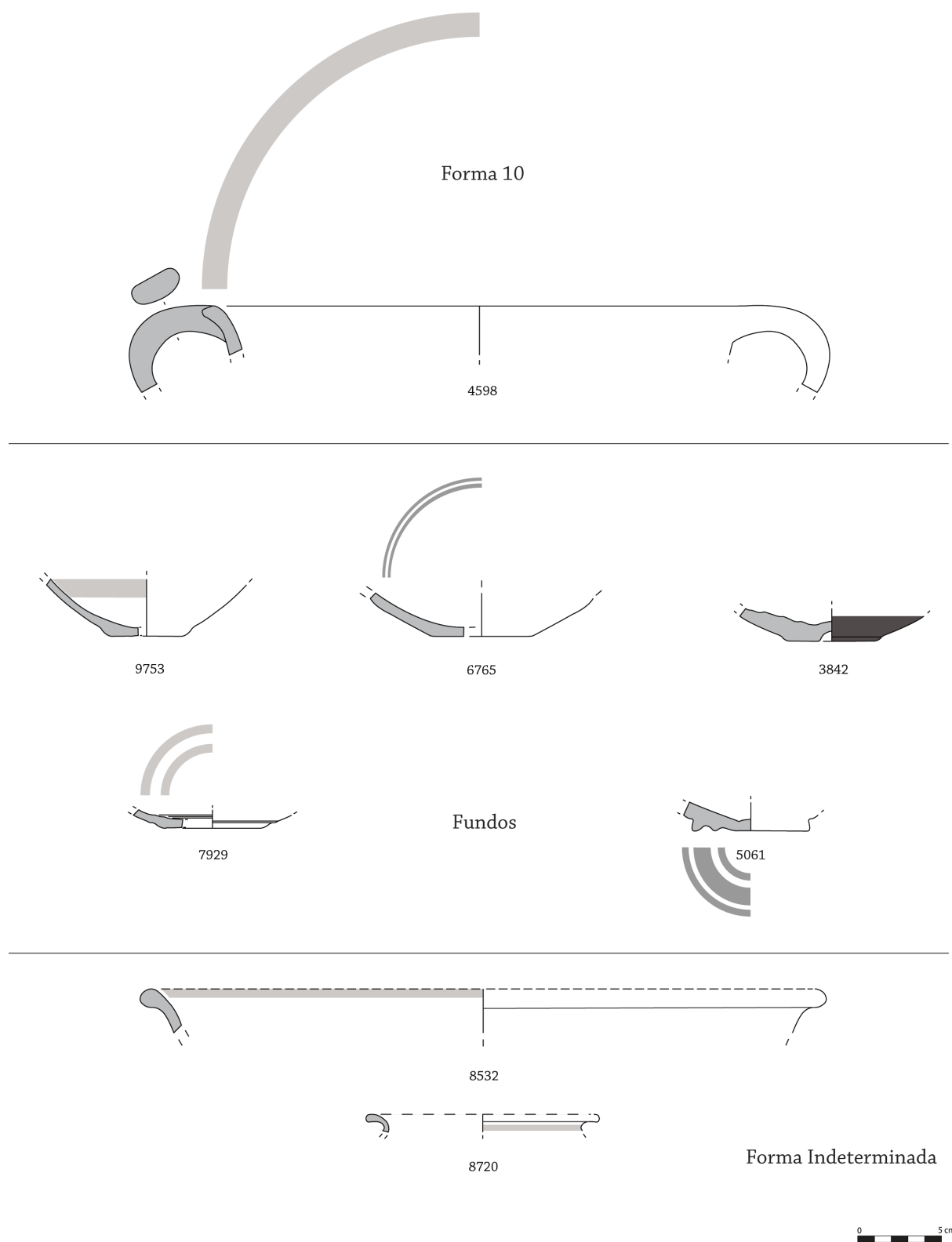


Fig. 14. Forma 10 (Grande Recipiente pithóide), Fundos e Formas Indeterminadas

rico do Levante e Catalunha (Mata e Bonet, 1992). Trata-se de uma peça de morfologia plausivelmente globular, com um colo alto e estreito com bordo simples; o nosso exemplar apresenta uma banda larga de pintura a cor-de-laranja no colo.

Exemplares que poderão aproximar-se morfológicamente do nosso são conhecidos na Azougada (Antunes, 2010, 311-312 e Fig. 220), sítio cuja ocupação se baliza entre finais do século V a.n.e. e inícios do seguinte, embora, infelizmente, as peças aí exumadas correspondam a bojós, o que nos impede de afirmar, taxativamente, que estamos perante vasos totalmente análogos, facto que contudo nos parece provável.

Por outro lado, em Pajar de Artillo, sítio cuja ocupação se inicia nos extremos finais do século III e se prolonga pelo II-I a.n.e., identificou-se uma peça desta morfologia, virtualmente completa (Luzón, 1973, Lám. XIX); há também menção da sua existência em outros sítios do Baixo Guadalquivir, como Carmona e La Algaida (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 211).

A peça de Castro Marim, contudo, foi exumada num contexto (U.E. [650]) bastante antigo, com uma cronologia plausivelmente datada em torno dos meados do I milénio a.n.e., devendo por isso aproximar-se mais das evidências coetâneas da Azougada do que dos exemplares tardios do Guadalquivir.

5.2.15. Forma 8.1 – «Urna» de colo alto (fig. 12)

A Forma 8.1 corresponde a um tipo de recipiente tradicionalmente designado na bibliografia sobre cerâmica pintada como «urna». As peças que englobamos nesta Forma correspondem a recipientes plausivelmente de morfologia complexa, com corpos globulares ou bitroncocónicos. Apresentam, além disso, colos altos de paredes divergentes, culminando em bordos de morfologia variada: ligeiramente pendentes, facetados (5781) ou não (9037); curtos e facetados (594 e 6481); ou biselado e com arestas muito vivas (3449). Esta forma encontra-se representada por 5 NMI (2,7%), distribuídos pelos Grupos de Fabrico I, IA, IB e II.

Este tipo de recipiente não é muito frequente nos conjuntos Algarvios publicados, embora esteja registado em Beja (Grilo, 2006, Est. LII, n.0183.0034), encontrando-se pelo contrário muito bem representado nos sítios da Baixa Andaluzia, onde se prolonga até época romana (cf. exemplares de Carmona, Escacena Carrasco, 2002, 32-3 e fig. 3). Limitar-nos-emos, devido à abundância de

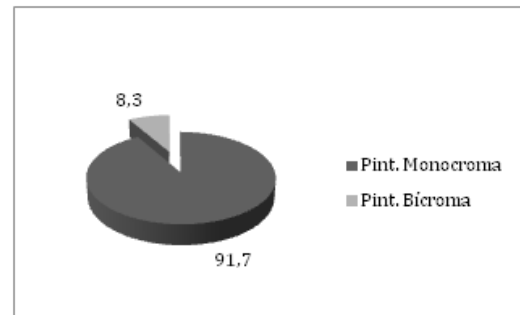


Fig. 15. Mono- e bicromia no conjunto

paralelos que poderíamos aduzir, a indicar que o característico bordo da peça 3449 encontra paralelos numa de Huelva, do chamado “Turdetano I” (segunda metade do século VI-primeiro quartel do V a.n.e.) (Rufete Tomico, 2002, lám.22, n.1), numa outra de Sevilha, exumada em níveis de finais do século IV-século III a.n.e. (García Fernández e González Acuña, 2007, lám. 3, n.1918), ou ainda num exemplar de Vico, exumado em níveis do século V a.n.e. (Bandera Romero e Ferrer Albelda, 2002, fig. 10, n.3). Exemplos de bordos não muito distintos na sua geometria do nosso exemplar, embora mais simples, estão presentes, em contexto de produção de finais do século V – primeira metade do século IV a.n.e., no Cerro Macareno (Ruiz Mata e Córdoba Alonso, 1999). As nossas peças 594 (Sousa, 2009, Fig. 90) e 6481, com a sua morfologia de bordo peculiar, de tendência quadrangular, encontram paralelo no Cerro Macareno, em contextos contudo já de cronologia romana (séc. I a.n.e.) (Pellicer Catalán *et al.*, 1983, Fig. 17, 84-85). Dos exemplares de Castro Marim, apenas três foram exumados em contextos primários, enquadráveis nos finais do século IV ou em pleno século III a.n.e.. Os restantes foram

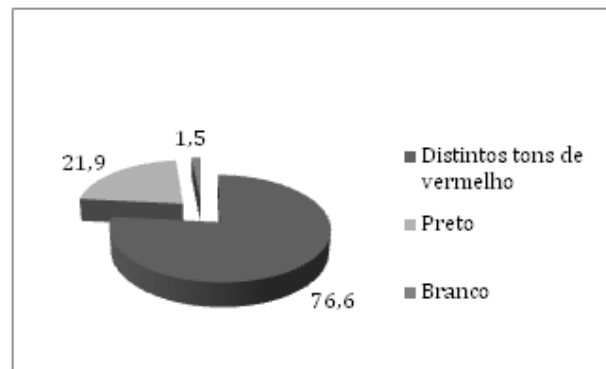


Fig. 16. Incidência das várias gamas cromáticas no conjunto

recuperados em níveis pouco expressivos quanto à sua cronologia.

A decoração, em pintura de tons distintos de vermelho, aplicou-se sobretudo no bordo. Apenas no caso do nº 9037 a decoração do bordo se prolonga por uma larga banda na superfície interna. A peça 6481 é a única a apresentar pintura exclusivamente na superfície externa, limitando-se aquela a uma banda relativamente estreita.

5.2.16. Forma 8.2 – «Urna» sem colo (figs. 12 e 13)

Também os recipientes da morfologia que recolhemos como Forma 8.2 têm sido tradicionalmente designados como «Urnas», tratando-se de recipientes de morfologia bi-troncocónica com bordos extroversos, ligeiramente pendentes, que se aproximam do modelo da chamada “*urna con baquetón*” ou Cruz del Negro (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, fig. 3, nn.6-7), embora a maioria dos fragmentos em estudo não apresente o ressalto na parede externa que caracteriza este tipo de recipientes; só as peças 5643 e 6238 apresentam uma carena alta que poderia associar-se, vagamente, ao dito ressalto. Os vasos deste tipo apresentam diâmetros de abertura entre os 13 e os 23,2 cm, sendo a média de 17,6 cm. A forma conta com um NMI de 9 (4,9%), distribuídos pelos Grupos de Fabrico IA, IB, IC, II e IV.

As peças desta Forma apresentam-se exclusivamente decoradas com pintura em distintos tons de vermelho; a pintura aplica-se no bordo, exclusivamente (4528 e 8536), simultaneamente com bandas largas na superfície externa (5643, 6238, 7891) ou com bandas em ambas as superfícies (9234).

Tal como a anterior, não é uma morfologia bem não representada nos conjuntos publicados do território algarvio, sendo contudo bastante frequente nos sítios da Baixa Andaluzia. Podem indicar-se, sem pretensões de exaustão, exemplares de Alcalá del Río (*idem*, fig. 3, n.6) ou de Pajar de Artillo, onde são recolhidas como a Forma 11 (Luzón Nogué, 1973, 45-6 e Lám. XVI, C). Os exemplares de Castro Marim foram, infelizmente, exumados em contextos pouco expressivos no que à cronologia diz respeito.

5.2.17. Forma 9 – *Dolium* (fig. 12)

A peça 3500, produção do grupo de fabrico IA, parece ter tido uma morfologia globular, de dimensões relativamente grandes, com bordos curtos, verticais, apontados e com um ligeiro espessamento interno. O diâmetro da abertura é de 18,4 cm. A su-

perfície externa encontra-se completamente coberta de um engobe de muito boa qualidade, vermelho violáceo, excepção feita a uma faixa em reserva na face externa do bordo.

Peças em tudo semelhantes à nossa exumadas em Montemolín (García Vargas *et al.*, 1989, 237 e fig. 5, XIIIIE), no Cerro Macareno (Pellicer, 1978, fig.6, n.1954) e em Huelva (Rufete Tomico, 2002, lám 22, n.1) têm sido interpretadas como *dolia*, isto é, grandes recipientes de armazenagem (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 211), sendo características do século III a.n.e..

5.2.18. Forma 10 – Grandes recipientes *pithóides* (figs. 13 e 14)

Como Forma 10 recolhemos um tipo de grande recipiente de armazenagem com asas representado por três exemplares (3 NMI/ 1,6%) dos Grupos de Fabrico IC e IV. As peças, que plausivelmente seriam bastante profundas, apresentam um estrangulamento e um colo curto com paredes divergentes e bordos ligeiramente extroversos e biselados ou, num caso (4817), indiferenciados da parede, perfeitamente vertical, e de configuração quadrada. O diâmetro de bordo oscila entre os 19 e os 33,4 cm. As asas, de fita ou com uma canelura larga que lhes confere uma aparência bífida, partem directamente do bordo. Quanto à decoração, é francamente simples, limitando-se à aplicação sobre o bordo de uma banda pintada relativamente estreita, de cor vermelha violácea ou cor-de-laranja.

As peças em apreço correspondem a vasos que evoluem dos característicos *pithoi* da chamada “I Idade do Ferro”. Sendo a forma geral equiparável, as asas de fita e a morfologia do colo (muito curto e curvilíneo) indiciam uma cronologia baixa, já perfeitamente enquadrável em momentos sidéricos tardios. Peças deste tipo foram integradas por M^a. Belén e J. Pereira no Tipo II.2.B.b.2, de ampla diacronia, registando-se desde o século VIII a.n.e. e perdurando até ao III a.n.e.; aqueles autores recolhem, de resto, numerosos exemplares que poderiam aproximar-se dos que vimos apresentando (Belén e Pereira, 1985, 323-6 e Figs. 9 e 10).

No Castelo de Castro Marim, os *pithoi* típicos, mesmo que com características formais relativamente evoluídas (bordo de secção sub-circular e colo curto) estão presentes nos níveis dos séculos VII e VI a.n.e. (Arruda e Freitas, 2008, 435 e Fig. 4), sendo a forma mais numerosa, entre a cerâmica pintada em bandas desses contextos.

Duas peças do Cerro Macareno são bastante

semelhantes às que vimos apresentando, uma das quais enquadrável nos finais do século V a.n.e. (Pellicer Catalán *et al.*, 1983, Fig.46, n.1552) e a outra de meados da mesma centúria (*idem*, Fig.48, n.1274); também para cronologias da segunda metade do I milénio (final do século VI – inícios do IV a.n.e.) apontaria a presença de peças similares às de Castro Marim na Azougada, embora aí não se tenha identificado a presença de asas, rasgo morfológico que define o grupo em apreço (Antunes, 2010, 312-313).

Importa, contudo, referir que os exemplares em estudo foram exumados em contextos (QQ.E3 e F1, U.E. [5]) com uma cronologia centrada no século IV a.n.e.. Em face dos paralelos antes aduzidos, que apontam preferencialmente para a primeira metade do I milénio a.n.e., é possível que estas peças correspondam a materiais residuais ou remobilizados nos níveis desta cronologia. Não obstante, e tal como referido acima, atestações mais tardias desta forma, entre os séculos V e III a.n.e. não são inéditas.

5.2.19. Fundos (fig. 14)

Comentámos já, no apartado dedicado aos pratos de peixe, os fundos que apresentavam um “poço” central, e que claramente pertenciam a esse tipo formal. Resta pois comentar cinco outros, cuja integração formal não é tão segura. O fundo 3842 é plano, individualizado mas não particularmente destacado do corpo da peça, com um pequeno ônfalo; a superfície externa encontra-se coberta de engobe vermelho violáceo, de muito boa qualidade. O 5061 apresenta uma morfologia complexa, com um pequeno pé destacado e, na superfície externa, um ressalto, com reserva de pintura, que define duas caneluras profundas. O fundo 6765 é plano, e mostra, na superfície interna, duas linhas pintadas. A ligação da parede com fundo 7929, que é plano, é feita através de uma canelura, na superfície externa, e por um ressalto na interna, onde existem duas bandas pintadas de cor-de-laranja. Finalmente, a peça 9753, com paredes bastante delicadas, tem um fundo plano, apenas indicado. O facto de apresentar uma banda vermelho-alaranjada no interior sugere que pertencia a uma peça aberta.

5.3. A DECORAÇÃO

Na descrição de cada um dos grupos, formais, tivemos oportunidade de aludir genericamente, aos padrões de decoração de cada um deles. Referir-nos-emos pois neste apartado final apenas a alguns aspectos muito concretos. Por um lado, é necessário

sublinhar a expressiva predominância das decorações monocromas (91,7%) sobre as bicromas (8,3%) (fig. 15), característica consentânea com a cronologia relativamente tardia dentro da Idade do Ferro do grosso do conjunto em estudo.

Por outro, deve ficar devidamente notada a predominância, igualmente vincada, dos distintos tons de vermelho (76,6%), do laranja ao violáceo, em detrimento da pintura a negro, que surge em pouco mais de um quinto dos exemplares estudados (21,9%), e da pintura a branco, perfeitamente residual no conjunto (1,5%) (fig. 16).

À parte as decorações em bandas, relativamente simples, que caracterizam a vasta maioria do conjunto estudado, são poucos os exemplos de outros motivos decorativos atestados. Referimo-nos acima à existência de duas excepcionais peças pertencentes à Forma 5.1., já anteriormente publicadas (Arruda, 1997, Figs. 7 e 8) que ostentam decorações mais elaboradas, com grinaldas de círculos concêntricos ou espirais associadas a teorias de linhas ondulantes verticais. Além destas peças, contudo, estes motivos só surgem repetidos em dois fragmentos que não oferecem restituição formal: a peça 102 apresenta uma grinalda de segmentos de círculo concêntricos pendendo de uma banda horizontal, a negro. A 8430 apresenta dois grupos de círculos concêntricos e quatro linhas ondulantes, interrompidas por uma linha, todos vermelho violáceo. A orientação da composição não é fácil de compreender em face do estado fragmentário da peça.

Estes motivos, comuns à cerâmica da área Ibérica (Pericot, 1980), são, como já tivemos oportunidade de mencionar, típicos do repertório decorativo da cerâmica pintada da Baixa Andaluzia neste período, sendo ocioso procurar-lhes paralelos, que seriam de resto excessivamente abundantes (Ferrer Albelda e García Fernández, 2008, 203). No território português, encontram-se atestados quer em outros sítios algarvios, nomeadamente no Monte Molião, quer em paragens mais interiores, por exemplo na Azougada (Antunes, 2010, 334-339).

6. REFLEXÕES FINAIS

Os dados que tivemos oportunidade de tratar e apresentar, nomeadamente os respeitantes ao repertório formal, são, julgamos, eloquentes na hora de avaliar a integração cultural das populações que ocuparam o Castelo de Castro Marim e o seu território na segunda metade do I milénio a.n.e., enquanto que a hipotética identificação da proveniência dos

exemplares em estudo permite entrever alguns aspectos da sua dinâmica comercial.

De facto, as considerações que tivemos oportunidade de tecer ao descrever os grupos formais representados na amostra que analisámos apontam claramente para uma estreita ligação, cultural, económica e hipoteticamente institucional ou mesmo étnica não apenas com o restante território algarvio, mas também deste, globalmente considerado, com a Baixa Andaluzia, configurando assim em Castro Marim um horizonte que poderíamos, seguindo uma terminologia algo imprecisa, mas muito difundida, designar “Turdetano” (Escacena Carrasco e Belén, 1994; García Fernández, 2007), que fora já assinalado anteriormente (Arruda, 1999/2000; 2005, 76).

Mas outro aspecto importante, igualmente enunciado anteriormente, encontra eco na análise que apresentámos. Referimo-nos ao papel capital que as importações gaditanas representam no registo arqueológico de Castro Marim, bem como de outros sítios do Algarve (Sousa e Arruda, 2010; cf. tb. Arruda *et al.*, no prelo). Não desejando repetir aqui as considerações anteriormente tecidas sobre este fenómeno tão vincado (Arruda *et al.*, 2006; Sousa e Arruda, 2010), ele merece-nos, contudo, alguns comentários adicionais.

O peso da colónia fenícia de *Gadir* na articulação do mundo colonial ocidental, num primeiro momento, e de um amplo espaço geo-político a que, desde os trabalhos de M. Tarradell, se vem chamando “Círculo do Estreito” (Tarradell, 1960, 61 *apud* Niveau, 2001, 320) é hoje um ponto mais do que assente. Já aquele autor (*idem*) intuía a extensão desse amplo espaço, de vocação eminentemente atlântica, para as costas portuguesas, intuição que, como vimos, a investigação arqueológica vindicou claramente (Sousa e Arruda, 2010). A importância económica, e concomitantemente político-institucional, de *Gadir* na sua esfera de influência, fortemente assente em estruturas produtivas florescentes (Dominguez Pérez, 2006; Frutos e Muñoz, 1996), é sentida em ambas as margens do Estreito de Gibraltar.

A proposta de re-conceptualização dessa área de influência como uma “Liga” (Arteaga, 1994), encabeçada por *Gadir*, eventualmente em torno do santuário de *Melqart*, na qual se reuniriam povoados que, seguindo uma tendência dominante no âmbito Mediterrâneo, terão evoluído no sentido de pólos –

de autênticas *poleis* – aglomeradores e geradores de identidade, apresenta interessantes possibilidades explicativas, nomeadamente para os sítios algarvios (Arruda, 1999-2000, 61).

A ocupação do território envolvente do Castelo de Castro Marim, a sua hipotética *chora*, permanece mal conhecida (Freitas e Oliveira, 2006), mas os dados provenientes do sítio são já suficientemente expressivos para sustentar a evolução de um povoado com uma antiga tradição de ligação ao Mediterrâneo e ao mundo fenício colonial no sentido de um pólo com um cariz de “lugar central” com um papel redistributivo importante (Arruda, 1997; 1999-2000, 53), que em parte ajuda a explicar o peso das importações gaditanas no sítio, enquadradas no quadro de uma ligação político-institucional estreita com *Gadir* assente na existência de uma Liga ou em qualquer outro tipo de espaço geo-político, mais ou menos formal, que acreditamos dinamizaria um comércio institucional (Polanyi, 1976) florescente (Niveau, 2001, 343).

Castro Marim surge assim, à luz do registo arqueológico, como um interessante espaço de interações e como um caso exemplar no que à complexidade das dinâmicas económicas, institucionais e mesmo étnicas da segunda metade do I milénio a.n.e. diz respeito. A matriz cultural, como vimos (*supra*, 3.), aproxima-o desse mundo dito “Turdetano”, cujas raízes profundas radicam com toda a probabilidade no Bronze Final (Escacena Carrasco, 2002, 24-25), período a que pertencem igualmente as primeiras ocupações diagnosticadas no Castelo de Castro Marim (Arruda, 1996, 97; Oliveira, 2006; 2012), havendo indícios respeitantes ao campo simbólico/cultural, considerado um marcador étnico por excelência (Escacena Carrasco, 1992, 329-332), que apontam para uma identidade com os sítios da Baixa Andaluzia (Arruda, 2005; Arruda *et al.*, 2009). Por outro lado, económica e institucionalmente, o peso de *Gadir*, e a inscrição do povoado do Guadiana no seu “Círculo” (Niveau, 2001) ou na sua “Liga” (Arteaga, 1994) surgem atestados no registo arqueológico (Sousa e Arruda, 2010).

Quanto ao papel de Castro Marim no seu território imediato e no território algarvio em geral, pensamos não ser ainda uma questão encerrada: se o seu papel central e redistributivo, assente na sua antiguidade e na clara dinâmica económica que revela na segunda metade do I milénio a.n.e. (Arruda, 1997, 143-7; 2000; 2006, 393-8; Arruda *et al.*,

2006), parece ser um ponto assente, a continuação dos estudos sobre o seu território oferece ainda um potencial de delimitação do processo histórico e da dinâmica de exploração encetada pela população do “lugar central” sobre o seu *hinterland*, a sua hipotética *chora*.

Por outro lado, o papel desempenhado por Castro Marim na criação dos novos aglomerados populacionais (Monte Molião, Cerro da Rocha Branca, Vila Velha do Alvor, Faro) que, a partir de meados do I milénio a.n.e., pontuam o Algarve central e ocidental, cujo povoamento sidérico representava até aí um significativo vazio (Arruda, 2005, 74, Figs. 58-9) permanece uma incógnita. Também na dinâmica político-económica desses novos núcleos parece o protagonismo de *Gadir* ter sido significativo, mas não nos parece despiendo imaginar um papel, ainda por esclarecer, dos “velhos” núcleos sidéricos do Algarve oriental (Castro Marim e Tavira) na fundação destes novos pólos, que parecem registar dinâmicas económicas e comerciais semelhantes à dos núcleos do Sotavento e da Baixa Andaluzia (v. p. ex.: para Faro, Arruda *et al.*, 2005; para o Molião, Arruda *et al.*, 2008; no prelo).

A prossecução da investigação e dos trabalhos arqueológicos e a evolução dos modelos epistemológicos, cada vez mais cientes da necessidade de modelos explicativos que contemplem a diversidade, a complexidade e o dinamismo das sociedades sidéricas, contribuirão sem dúvida para preencher lacunas e desenhar, com cada vez mais nitidez, os traços do grande quadro da “II Idade do Ferro”, em Castro Marim e no Algarve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Alaoui, M. K. (2007), *Revisando Kuass (Asilah, Marruecos)*, Saguntum Extra, 7, Valência.
- Alvar, J. (1991), “La caída de Tiro y sus repercusiones en el Mediterráneo”, *La caída de Tiro y el Auge de Cartago*, Ibiza, 1927.
- Antunes, A. S. (2010), *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*, Lisboa.
- Arruda, A. M. (1983-1984a), “Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos trabalhos de 1983”, *Clio/Arqueologia*, 1, 245-248.
- Arruda, A. M. (1983-1984b), “Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos trabalhos de 1984”, *Clio/Arqueologia*, 1, 249-254.
- Arruda, A. M. (1986), “Castelo de Castro Marim”, *Informação Arqueológica*, 8, 32-34.
- Arruda, A. M. (1988), “Nota acerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim”, *Actas do 5º Congresso sobre o Algarve*, Montechoro, 1.
- Arruda, A. M. (1995), “Panorama das importações gregas em Portugal”, *Actas do Simpósio Iberos y Griegos: Lecturas desde la diversidad*, Huelva Arqueológica, 13/1, Huelva, 129-154.
- Arruda, A. M. (1996), “O Castelo de Castro Marim”, *De Ulisses a Viriato: o I milénio a.C.* (Alarcão, J. de, Ed.), Lisboa, 95-100.
- Arruda, A. M. (1997), *As Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*, Lisboa.
- Arruda, A. M. (1999-2000), *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6, Barcelona.
- Arruda, A. M. (2000), “As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a III a.C.”, *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Cádiz, 727-735.
- Arruda, A. M. (2003), “Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim - balanço e perspectivas”, *Xelb*, 4, 69-88.
- Arruda, A. M. (2005), “O Iº Milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século”, *O Arqueólogo Português*, IV/23, 9-156.
- Arruda, A. M. (2006), “Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe”, *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho*, Sevilla, 383-406.
- Arruda, A. M. (2007), “A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias”, *Xelb*, 7, 115-130.
- Arruda, A. M. (2008), “O Baixo Guadiana durante os séculos VI e V a.n.e.”, *Sidereum Ana I. El río Guadiana en Época Post-Orientalizante* (Jiménez Ávila, J., Ed.), Madrid, 307-326.
- Arruda, A. M., Bargão, P. e Sousa, E. de (2005), “A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados

- novos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8/1, 177-208.
- Arruda, A. M., Carretero Poblete, P. A., Freitas, V. T. de, Sousa, E., Bargão, P., Lourenço, P. e Oliveira, C. F. (2009), “Castro Marim: un santuario en la desembocadura del Guadiana”, *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental* (Mateos Cruz, P. e Celestino Pérez, S., Eds.), Madrid, 79-88.
- Arruda, A. M. e Freitas, V. T. de (2008), “O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e.”, *Sidereum Ana I. El río Guadiana en Época Post-Orientalizante* (Jiménez Ávila, J., Ed.), Madrid, 429-446.
- Arruda, A. M., Freitas, V. T. de e Oliveira, C. F. (2007), “Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim”, *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental* (López Castro, J. L., Ed.), Madrid, 459-482.
- Arruda, A. M., Guerra, A. e Fabião, C. (1995), “O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal?”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 35/2, 237-257.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Bargão, P. e Lourenço, P. (2008), “Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso”, *Xelb*, 8, 137-168.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Pereira, C. e Lourenço, P. (no prelo), “Monte Molião (Algarve, Portugal): resultados da investigação num sítio púnico-gaditano”, *Actes du VIIème Congrès International des Études Phéniciens et Puniques*, Tunes.
- Arruda, A. M., Viegas, C., Bargão, P. e Pereira, R. (2006), “A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana”, *Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados de Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica*, Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, 153-176.
- Arteaga, O. (1994), “La liga púnico-gaditana. Aproximación a una visión histórica occidental, para su contrastación con el desarrollo de la hegemonía cartaginesa en el mundo Mediterráneo”, *Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos*, Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza, 33, Ibiza, 23-57.
- Aubet, M^a. E. (1994), *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*, Madrid.
- Bandera Romero, M^a. L. de la e Ferrer Albelda, E. (2002), “Secuencia estratigráfica Tartesia y Turdetana de Vico (Marchena, Sevilla)”, *Spal*, 11, 121-150.
- Bargão, P. (2008), “Intervenção de emergência na Rua do Monte Molião: primeiras leituras”, *Xelb*, 8, 169-189.
- Belén, M^a. e Fernández-Miranda, M. (1978), “La Tiñosa (Lepe, Huelva)”, *Huelva Arqueológica*, 4, 197-297.
- Belén, M^a., Fernández-Miranda, M. e Garrido, J. P. (1977), *Las orígenes de Huelva. Excavaciones en Los Cabezos de San Pedro y La Esperanza*, Huelva Arqueológica, 3, Huelva.
- Belén, M^a e Pereira, J. (1985), “Cerâmicas a torno con decoración pintada en Andalucía”, *Huelva Arqueológica*, 7, 307-353.
- Cabrera Bonet, P. (1994), “La presencia griega en Andalucía (siglos VI al IV a.C.)”, *La Andalucía Ibero-Turdetana (siglos VI-IV a.C.)* (Fernández Jurado, J., Rufete Tomico, P. e García Sanz, C., Eds.), Huelva, 367-390.
- Chic García, G. (2004), “La “Gaditanización” de Hispania”, *Las Industrias alfareras y conservas fenicio-púnicas de la Bahía de Cádiz*, Actas de los XVI Encuentros de Historia y Arqueología, Córdoba, 39-62.
- Dominguez Pérez, J. C. (2006), “Estructuras productivas y distributivas del Círculo púnico-gaditano (IV-III): bases locales para un império atlántico-mediterráneo”, *Actas do IV Congreso de Arqueologia Peninsular*, 7. *As Idades do Bronze e do Ferro* (Morin, J., Urbina, D. e Bicho, N., Eds.), Faro, 295-304.
- Escacena Carrasco, J. L. (1987), “Continuidad y ruptura en las tradiciones alfareras (elementos para el estudio de momentos de transición entre fases culturales en las sociedades antiguas)”, *Anales de la Universidad de Cádiz*, III-IV, 39-53.
- Escacena Carrasco, J. L. (1992), “Indicadores étnicos en la Andalucía prerromana”, *Spal*, 1, 321-343.
- Escacena Carrasco, J. L. (2002), “Podando a Carmona. Perfiles del sustrato Turdetano”, *Carmona Romana*, II Congreso de Historia de Carmona, Carmona, 21-35.
- Escacena Carrasco, J. L. e Belén, M^a. (1994), “Eco-

- nomía y sociedad en la Turdetania de los siglos V-IV a.C.", *La Andalucía Ibero-Turdetana (siglos VI-IV a.C.)* (Fernández Jurado, J., Ruffete Romico, P. e García Sanz, C., Eds.), Huelva, 137-160.
- Ferrer Albelda, E. e García Fernández, F. J. (2008), "Cerámica Turdetana", *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión* (Bernal Casasola, D. e Ribera i Lacomba, A., Eds), Cádiz, 201-219.
- Freitas, V. T. de (2005), *As cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. Produção, consumo e comércio na Idade do Ferro Orientalizante Peninsular*, Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa.
- Freitas, V. T. de e Oliveira, C. F. (2006), "A Idade do Ferro no Baixo Guadiana", *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, 7. As Idades do Bronze e do Ferro* (Morin, J., Urbina, D. e Bicho, N. F., Eds.), Faro, 409-418.
- Frutos Reyes, G. de e Muñoz Vicente, Á. (1996), "La industria pesquera y conservera púnico-gaditana: balance de la investigación. Nuevas perspectivas", *Spal*, 5, 133-165.
- García Fernández, F. J. (2002), "Los Turdetanos en la historiografía reciente: 25 años de avances y desencuentros", *Spal*, 11, 219-232.
- García Fernández, F. J. (2003), *Los Turdetanos en la Historia: Análisis de los testimonios literarios grecolatinos*, Écija.
- García Fernández, F. J. (2007), "Etnología y etnias de la Turdetania en época prerromana", *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 33, 117-143.
- García Fernández, F. J. e González Acuña, D. (2007), "Secuencias estratigráficas y contextos culturales de la Sevilla prerromana", *Actas del V Congreso de Historia de Carmona. El nacimiento de la ciudad: la Carmona protohistórica* (Bendala Galán, M. e Belén Deamos, M^a, Dirs.), Carmona, 525-566.
- García Vargas, E., Mora, M. e Ferrer Albelda, E. (1989), "Estudios sobre Cerámicas Ibéricas Andaluzas: Montemolín (Marchena, Sevilla)", *Habis*, 20, 217-243.
- Gomes, F. (2012), *Aspectos do Sagrado na Colonização Fenícia*, Lisboa.
- Gomes, M. V. (1993), "O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)", *Estudos Orientais*, IV, 73-108.
- González Wagner, C. (1983), *Fenicios y cartagineses en la Península Ibérica: ensayo de interpretación fundamentado en un análisis de los factores internos*, Madrid.
- Grilo, C. (2006), *A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa.
- Guerra, A. (1998), *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, Dissertação de Doutoramento em História Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa.
- Insoll, T. (ed.) (2007), *The Archaeology of Identities. A reader*, London.
- Jones, S. (1997), *The Archaeology of Ethnicity. Constructing Identities in the Past and Present*, London.
- Luzón, J. M^a. (1973), *Excavaciones en Italica. La estratigrafía en el Pajar de Artillo*, Excavaciones Arqueológicas en España, 78, Madrid.
- Maia, M^a. G. P. (2004), *Tavira Turdetana, porto do "Círculo do Estreito" nos finais do séc. V a.C.*, Tavira, [<http://www.arkeotavira.com/Estudos/PescaTavira.pdf>] (Consulta 29-X-2011).
- Martin Ruiz, J. A. (2003), *La Crisis del Siglo VI A.C. en los Asentamientos Fenicios de Andalucía*, Málaga.
- Mata, C. e Bonet, P. (1992) "La cerámica ibérica: ensayo de tipología", *Estudios de Arqueología ibérica y romana*, Homenaje a Enrique Pla Ballester, Valencia, 117-173.
- Niveau, A. M^a. (2001), "El espacio geopolítico gaditano en época púnica. Revisión y puesta al día del concepto de "Círculo del Estrecho", *Gerion*, 19, 313-354.
- Niveau, A. M^a. (2004), "Evidencias de la producción de cerámicas barnizadas "tipo Kuass" en la Bahía de Cádiz", *Las Industrias alfareras y conserveras fenicio-púnicas de la Bahía de Cádiz*, Actas de los XVI Encuentros de Historia y Arqueología, Córdoba, 171-200.
- Oliveira, C. F. (2006), *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim: século IX a III a.n.e.*, Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa.

- Oliveira, C. F. (2012), "O Castelo de Castro Marim durante a etapa final da Idade do Bronze", *Side-reum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final* (Jiménez Ávila, Ed.), Madrid, 345-362.
- Pellicer Catalán, M. (1978), "Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla)", *Habis*, 9, 365-400.
- Pellicer Catalán, M. (1982), "Las cerámicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno", *Phönizer im Westen* (Niemeyer, H. G., Ed.), Mainz, 337-406.
- Pellicer Catalán, M., Escacena Carrasco, J. L. e Bendala Galán, M. (1983), *El Cerro Macareno*, Excavaciones Arqueológicas en España, 124, Madrid.
- Pericot, L. (1980), *Céramique Ibérique*, Paris.
- Polanyi, K. (1976), "La economía como actividad institucionalizada", *Comercio y mercado en los Imperios Antiguos*, Barcelona, 289-315.
- Ponsich, M. (1968), "Alfarerías de época fenicia y púnico-mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos)", *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 4, 3-25.
- Protocole Beauvray (1998), "Protocole de quantification des céramiques", *La quantification des céramiques. Conditions et protocole* (Arcelin, P. e Tuffreau-Libre, M., Dirs.), Glux-en-Glenne, 141-157 (I a XVII).
- Ramon Torres, J., Sáez Espligares, A., Sáez Romero, A. e Muñoz Vicente, A. (2007), *El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*, Sevilla.
- Rodríguez, I. (2001), "Las áreas artesanales: los alfares", *Carmona Romana*, II Congreso de Historia de Carmona, Carmona, 311-320.
- Rufete Tomico, P. (2002), *El Final de Tartessos y el periodo Turdetano en Huelva*, Huelva.
- Ruiz Mata, D. (1994), "Fenicios, Tartesios y Turdetanos", *La Andalucía Ibero-Turdetana (siglos VI-IV a.C.)* (Fernández Jurado, J., Rufete Tomico, P. e García Sanz, C., Eds.), Huelva, 325-365.
- Ruiz Mata, D. e Córdoba Alonso, I. (1999), "Los hornos turdetanos del Cerro Macareno. Cortes H.I y H.II.", *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*, Cartagena, 95-105.
- Ruiz Mata, D. e Niveau, A. M^a. (1999), "La zona industrial de Las Cumbres y la cerámica del s. III a.n.e. (Castillo de Doña Blanca - El Puerto de Santa María, Cádiz)", *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*, Cartagena, 125-131.
- Sáez Romero, A. M. (2005), "Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadirita de los ss. III-II", *Spal*, 14, 145-177.
- Sousa, E. de (2009), *A Cerâmica de Tipo Kuass no Algarve*, Lisboa.
- Sousa, E. de e Arruda, A. M. (2010), A gaditanização do Algarve, *Los Púnicos de Iberia: proyectos, revisiones, síntesis*, Mainake XXXII(2), Málaga, 951-974.
- Sparkes, B. e Talcott, L. (1970), *Black and Plain Pottery of the 6th, 5th and 4th centuries B.C.*, Princeton.
- Tarradell, M. (1960), *Marruecos Púnico*, Tetuán.
- Veiga, S. P. M. E. (1887), *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, 4, Lisboa.